



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0620/05	DATA: 18/5/2005
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 18h11min	DURAÇÃO: 04h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h26min	PÁGINAS: 76	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARTHUR CABRAL - Delegado da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Delegado Titular da Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
Houve exibição de imagens.
Grafia não confirmada:
Majin Company



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos iniciar a sessão. Havendo número regimental para iniciar a sessão, estamos iniciando a 19ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas. Convidamos para esta primeira oitiva o Dr. Arthur Cabral, Delegado de Polícia do Rio de Janeiro. Pode se dirigir aqui à mesa, por favor. Dr. Arthur, a sua vinda aqui, principalmente, foi com relação a um relatório que aponta a região da Costa Verde, Angra dos Reis, Sepetiba, Mangaratiba e tudo mais como um local, uma das portas para o contrabando de armas para o Rio de Janeiro, enfim, aqui para o Brasil também e foi feito um trabalho e, na época, o seu nome é que teve destaque. Então, em razão disso, nós solicitamos a sua presença aqui. Eu quero, desde já, agradecer pela sua presença aqui conosco. Vai ser um trabalho árduo o que esta CPI terá pela frente. Precisamos de toda ajuda possível para tentar impedir essa facilidade que os bandidos têm hoje de conseguir armamento. Então, V.Sa. tem a palavra pelo tempo que considerar necessário para fazer uma breve exposição.

O SR. ARTHUR CABRAL - Perfeito, eu gostaria de poder ler aqui. Inclusive, sou autor deste livro que trata do assunto, e para que a memória não falhe, gostaria de ler o que eu tirei do livro, pequenas anotações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ótimo.

O SR. ARTHUR CABRAL - Em 1998, assumi como delegado titular a Chefia da 28ª Delegacia Policial, no bairro do Campinho. E esta delegacia de subúrbio está localizada em uma área estrategicamente bem situada, pois é ponto de passagem entre Madureira, Quintino e outros bairros, entre a Zona Sul e a Zona Norte, indo por Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. E logo verifiquei que havia crescido o número de apreensões de armas em poder de traficantes, como fiquei também alarmado com o aumento significativo do poder de fogo dos marginais. No espaço de tempo de 1 ano, eu havia perdido 2 bons policiais assassinados estupidamente. Essa matança de policiais civis e militares demonstrava a ousadia da bandidagem, que, em suas ações, utilizavam material bélico sofisticado. Analisando e investigando todos os casos, cheguei à conclusão de que não havia ideologia política ou terrorismo nesses casos. Somente, alguns Robin Woods que chegavam a atacar mercados, mandando e insuflando a população carente das favelas, para que invadissem os estabelecimentos comerciais para saque. Tais fatos não voltaram a acontecer, pois



é comum que os estabelecimentos contribuam com dinheiro e mercadorias para a bandidagem como forma de proteção. Creio que assim, comentando sobre isso, é importante que se diga, naturalmente, a quem interessa o contrabando de armas, qual é o tipo de armamento, de onde vem esse material e quem faz esse contrabando. Acho que essas são as perguntas fundamentais que a Comissão, naturalmente, gostaria de ver respondidas. Bom, quem usa as armas contrabandeadas? Acho que é um ponto importante esse. Quem usa? O elemento que usa a arma. Examinando o perfil dos soldados do tráfico, iremos encontrar jovens com pouca perspectiva de vida, criados num ambiente de violência e convivendo intimamente com ela. Muitos começam cedo a trabalhar para o tráfico. Alguns empinam pipa, outros disparam morteiros e fogos de artifício como sinais de alerta aos traficantes quando percebem a aproximação de uma viatura policial. Desse modo, dão aos traficantes o tempo necessário para esconder as drogas e as armas. Depois, saem sorrateiramente do local por vielas e caminhos em busca de algum esconderijo. Cada integrante de uma quadrilha de traficante exerce seu papel específico como formiga obediente. Sabe que a lei do chefe é dura. A lei do chefe representa o poder total, dono da vida e da morte. Uns enrolam drogas, outros são seguranças. Existe também aqueles que se dedicam à venda ou que escrituram o movimento, que geralmente é o gerente ou auxiliar mais chegado ao chefe. Algumas dessas quadrilhas congregam dezenas de soldados, todos consciente do seu papel. As delações e qualquer traição merecem a pena de morte. Devido a imenso perigo que existe na atividade do traficante, a maioria da pena imposta aos membros é a morte sem nenhum tipo de comiseração. Um traidor que passa informações para uma quadrilha rival ou para polícia pode causar danos irremediáveis à liderança do crime, prejuízos como traficantes mortos ou presos, apreensão das drogas estocadas, a deserção das mulheres que ostentam como troféus, a perda do dinheiro e da sua fonte de obtenção, como também o fim catastrófico do poder que tanto fascina o traficante. A pena de morte é aplicada com extrema violência, como exemplo, geralmente execução efetuada na presença da maioria dos integrantes do bando. Os olhos são arrancados, a língua é cortada e o infeliz termina castrado. Sua família não está livre da vingança. A mulher do sentenciado é estuprada e os demais familiares são espancados e obrigados a fugir com a roupa do corpo. Quando só isso acontece, ainda agradecem a Deus por permanecerem vivos. Uma quadrilha



pode dominar todo o território de uma ou várias favelas. Para proteger seu feudo territorial, o traficante precisa ser poderoso e possuir armamento sofisticado, para impor respeito a outros chefes que ambicionam expandir a sua área de atuação. *(Pausa.)* Nas investigações, verificamos o crescimento de apreensões de armas pesada. Os soldados do tráfico usam esse armamento quando estão em serviço nas bocas de fumo, nos morros e favelas. Existe também o revezamento, isto é, os bandidos passam armamento para outros morros diferentes. Fazem isso em troca de cocaína. É uma espécie de rodízio de homens e armas nos morros, mas isso só ocorre quando os elementos da mesma facção, Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos. Esse esquema foi confirmado na Mangueira, Morro do Fubá, Cidade de Deus, São José Operário, Borel, Jacarezinho, Vigário Geral, Complexo do Alemão, Chapadão, Dona Marta, Mineiro, Andaraí e no Complexo Marcílio Dias. Comprovam os fatos as apreensões de cópias de cartas efetuadas nos presídios e a correspondência de traficantes. Através dessa correspondência, os traficantes orientavam seu gerente, nos morros, sobre os aliados que precisam de ajuda. As armas. É importante saber quem usa. Realmente, todas as minhas investigações, nunca uma conotação política, uma guerrilha, alguém que tivesse uma ideologia, mas sorte ainda. Isso não quer dizer que amanhã ou depois não possa aparecer um líder com coisas políticas, e aí, para caminhar talvez para uma Colômbia, uma coisa assim, seja mais fácil. Bom, as armas. A lista do material bélico vendido, exemplos como Fuzil 762, AK-47 — Rússia; Submetralhadora 9MP-5, A3 HK — Alemanha; Fuzil 233, SG-550/II Sig-Sauer — Suíça; Fuzil 223, AR-15, Colt — Estados Unidos; Submetralhadora 9mini-U21 — Estados Unidos; Pistola calibre 45 M-1911, Colt — Estados Unidos; Pistolas 9 milímetros Glock 17 — Áustria; Submetralhadora 9FMK3-FMAP — Argentina. Pensamos que esse armamento que abastece esses bandidos vem só de alguns de alguns lugares. Por exemplo: do Primeiro Mundo, vem, inclusive dos Estados Unidos, depósito norte americano. O próprio Pentágono não é uma fortaleza inexpugnável. Até mesmo o Presidente Argentino, Carlos Menem e o seu Superministro Domingos Cavallo respondem pela acusação de venda ilegal de cerca de 100 milhões de dólares em armamento, talvez provenientes dos Estados Unidos. A repartição encarregada de fiscalizar as contas e registros gerais, nos Estados Unidos, é o GAO — General Accounting Office. Esse departamento descobriu que tornava-se rotina os roubos em



depósitos de armas no Pentágono. Agentes do GAO investigaram e descobriram falhas na segurança dos depósitos. Verificaram que o armamento furtado era vendido a lojas de armas e às pessoas que freqüentavam feiras do setor. Na maioria delas, nos Estados Unidos, pode se adquirir de tudo que era necessário para converter um rifle semi-automático Colt AR-15 numa M-16, versão totalmente automática que só pode ser vendida para as Forças Armadas. Em 47 Estados americanos, compradores podem levar para casa grandes quantidades de armas e munições de uma só vez e passá-las a contrabandistas que as colocam no mercado negro. Foi calculado que o impressionante número de 5 milhões de armas de fogo adquiridas atualmente nos Estados Unidos por pessoas — que se diga, sem credencial que justifique —, acabam na mão intermediários a serviços de contrabandistas. Existem, nos Estados Unidos, centenas de clubes de tiro. Nesses, funcionam verdadeiros campos de treinamento com diversos tipos de armas. Milhares de sócios usam uniformes militares até como maneira de enfatizar a opção. É normal o treinamento com bazucas e até tanques. O Governo não vê nenhuma ameaça nesses grupos paramilitares, apenas os observa de longe. Os antigos boinas verdes e outros militares são instrutores dessas tropas paralelas. Os Estados Unidos cuidam muito bem, vigiando as importações e tudo que entra no País, porém, nas exportações, a vigilância é falha. A maior parte é efetuada através de vendas direto das fábricas ou por comerciantes, mediante uma licença do Departamento de Estado, que não manda averiguar se tudo está sendo cumprido. O que interessa aos homens de negócio é vender o armamento. Não se trata de material bélico obsoleto. É material moderno e altamente sofisticado. Se levarmos em conta o número de armas pesadas apreendidas pela polícia — cheguei a fazer um estudo nos anos de 1999, 2000, 2001, na época em que fiz esse trabalho —, chegaremos à conclusão de que, com esse arsenal, poderemos armar batalhões no Rio de Janeiro. Por exemplo: no ano 2000, a PM apreendeu 2.229 pistolas, 110 fuzis e 41 submetralhadoras; em 2001, a mesma corporação apreendeu 2.413 pistolas, 140 fuzis e 40 submetralhadoras; e no período de janeiro a abril de 2002, apreendeu 777 pistolas, 48 fuzis e 20 submetralhadoras. Quando me refiro a armas pesadas, incluo metralhadoras, fuzis e bazucas. É interessante frisar que esse armamento começou a chegar, encomendado por traficantes, no início dos anos 80, após a explosão do uso de cocaína. Por trabalharem com uma droga valiosa e muito



procurada, tornara-se necessário proteger melhor os territórios, como já disse anteriormente. Cada quadrilha começou a comprar e a guardar seus arsenais, para possíveis embates contra a cobiça dos invasores e contra as investidas policiais. Como resultado desse triste quadro, a população ordeira ficou na mira dos bandidos. As balas perdidas começaram também a fazer suas vítimas. “São armas de última geração”, comentavam os especialistas, quando examinavam as apreensões. Faz muito sucesso entre eles a metralhadora Uzi do Exército israelense e do Mossad, o serviço secreto de Israel. Usá-la era sinônimo de *status*, e por ser uma arma de fácil porte, aumentava a periculosidade e o orgulho dos bandidos. A Guerra do Golfo mostrou aos traficantes uma arma especial: o fuzil automático. Então, os traficantes adquiriram o AR-15 americano, o HK-47 russo e o suíço Sig-Sauer, fuzis com capacidade de disparar mais de 100 tiros por minuto. Lança-granadas, lança-rojões e bazucas passaram a equipar as “superbocas-de-fumo”. São armas de uso restrito das Forças Armadas, com poder de fogo assustador. A bazuca pode destruir carros, carbonizando os ocupantes. Em certa ocasião, foi avisado por informantes que o pessoal do tráfico planejava destruir patrulhas da PM usando tal arma. Não é raro patrulheiros servirem de alvos para traficantes quando trafegam nas proximidades de bocas-de-fumo, mesmo passando rápido numa viatura policial. O caos instalado pelo comércio de drogas deu aos nossos médicos larga experiência em cirurgias de guerra. Os médicos que trabalham nas emergências dos hospitais do Rio de Janeiro são tão experientes quanto seus colegas que atuam atendendo soldados feridos em guerras. Tal experiência é fácil de ser adquirida: o narcotráfico colabora oferecendo a guerra. Ferimentos comuns na *front* de grandes batalhas são encontradas nas viaturas e vítimas dos tiros nada ideológicos que povoam nosso cotidiano. Um tiro de fuzil é morte certa; não há praticamente nada que se possa fazer. Uma bazuca lança-rojões foi abandonada por bandidos na favela Parque Colúmbia, na Pavuna, após 5 minutos de tiros com policiais militares do 9º Batalhão de Rocha Miranda, em abril de 1999; outras foram apreendidas depois. São capazes de explodir até carros blindados; na hora do impacto, a munição libera gases superaquecidos que atingem 2 mil graus centígrados. Preocupado com isso, fiz uma visita ao 15º Regimento de Carros Mecanizados, um quartel situado na minha área de atuação. Tive oportunidade de conhecer e assistir à movimentação de tanques de guerra. Tive o cuidado de perguntar aos oficiais presentes ao desfile sobre a eficiência das



bazucas que a Polícia apreendeu. Eles foram unânimes ao afirmar que elas poderiam destruir um tanque. Quanto à audácia do traficante, é melhor não duvidar, porque sabemos que, principalmente no Rio de Janeiro, estão cada vez mais impetuosos. Exemplo dessa audácia foi um ataque que um bando armado fez a um prédio do Governo no centro da cidade do Rio de Janeiro, na noite de 14 de maio de 2002. Quatro homens armados, como se fossem para o *front* de uma guerra, atacaram a sede do DESIPE, na Secretaria Estadual de Direitos Humanos, na Rua Barão de Itambi, no Flamengo. Jogaram granadas em frente ao edifício. Em seguida fizeram disparos de fuzil, fazendo uma vítima. Depois, não satisfeitos, seguiram para Laranjeiras, onde, a 500 metros do Palácio Guanabara, metralharam um carro da PM e uma cabine da Prefeitura. Quase todas as granadas encontradas no Rio de Janeiro são de uso exclusivo das Forças Armadas. Elas são de 2 tipos, a ofensiva e a defensiva. Pelo nome, a defensiva é mais grave, mais poderosa do que a ofensiva. Ao explodir, pequenos gomos são liberados, cada um cortando e dilacerando, trazendo a morte e ferimentos horríveis. É uma batalha sem tréguas. No arsenal, não poderia ser esquecido o lançador de foguetes, também já encontrado com um traficante do Rio. Trata-se do M72 LAW 66, 66 milímetros, arma própria para tropas. É um rojão leve, disparado de cima do ombro por um lançador tubular metálico extensível, tem cerca de 89 centímetros em posição de disparo; pesa cerca de 2 quilos e 15 gramas. É teoricamente capaz de perfurar cerca de 305 milímetros de blindagem e também pode ser usado contra fortificações. O atirador remove o pino de segurança que abre as coberturas da extremidade, e o tubo interno, que é acionado, acondicionado dentro de um tubo externo e puxado para fora. O tubo, então, é colocado sobre o ombro, apontado por meio de uma mira graduada, e a arma é disparada. Uma vez lançado, o tubo é jogado fora. Essa arma, nos Estados Unidos, está sendo substituída pelo lança-rojões sueco AT4. Mas, inclusive, essa arma já tem traficante no Rio de Janeiro com ela, e é capaz de explodir até o Palácio Guanabara, e qualquer prédio público — é bom frisar isso. Bom, acho que o importante agora já respondi mais ou menos Quem usa esse material, acabei de dizer que não vi nenhuma conotação política, ideológica, não tem... a não ser aqueles Robin Woods, que inclusive atualmente estão no Rio de Janeiro, roubam caminhões de mercadorias e entregam esses caminhões, abandonam esses caminhões naquelas favelas. Então, a população carente vai, feito formiga, leva



tudo, nesses casos assim. Bom, preocupa também a entrada dos russos no mercado de armas. Após o colapso do sistema comunista na União Soviética e no Leste Europeu, sobreveio uma desorganização nos órgãos governamentais dos países da então chamada cortina de ferro. Era um verdadeiro salve-se quem puder. Muito membros do Partido Comunista e da KGB, polícia secreta da União Soviética, ficaram sem trabalho. Eram homens altamente especializados no mundo clandestino e secreto da espionagem. Bem informados, passaram a ser bem recebidos na máfia russa. Essa máfia, devido ao poder de intimidação pelo pavor da corrupção e pelo suborno, conseguiram controlar e desviar material bélico de grandes arsenais militares. Assim, centenas de milhares de fuzis e metralhadoras foram vendidos a guerrilheiros de toda parte do mundo, África, Oriente Médio e América do Sul. Os mercenários sem pátria e bandeira são modernos piratas da nossa era. Quem tiver dinheiro para adquirir armamentos é sempre bem recebido. Os negócios do contrabando de armamentos ficaram bem mais facilitados devido as fronteiras da União Soviéticas estarem menos vigiadas e desligadas de um sistema policial rígido, como na época comunista. Por exemplo: o aparecimento de alguns rifles — eu constatei isso — de assalto militar, semi-automático, o célebre AK-47, célebre rifle russo, Kalashnikov, que há tempos abastece guerrilheiros e organizações criminosas em todo o mundo, inclusive no Brasil, prova disso é que uma das vítimas desse incrível fuzil de grande mobilidade e simplicidade no manejo foi a morte da jovem Carolina da Costa Lino, assassinada no Rio de Janeiro. Também tive oportunidade de conversar com o General Serrano, que era o chefe do Exército e da Polícia colombiana. Nós estivemos juntos aqui, eu abordei o general, fiquei conversando com ele e perguntei sobre a situação colombiana. O general confirmou que os russos, a máfia russa, já forneceram e ainda fornecem aos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — FARC farto material militar, inclusive helicópteros e material médico-hospitalar. E de lá para o Brasil. Outros países também são visitados por agentes da máfia russa. O México e a Colômbia são os primeiros da lista. Na Colômbia, os chefões russos negociam com o Cartel de Cali, vários carregamentos de drogas foram pagos com armamentos leves e pesados. Os guerrilheiros das FARC colombiana entram facilmente no Brasil com contrabando proveniente da máfia russa. A fronteira é longa, não há como vigiar. Fernandinho Beira-Mar foi preso na Colômbia, inclusive ele não estava lá para fazer



piquenique, ele não estava lá de férias. Essas informações, inclusive, teriam sido já enviadas a Brasília através da embaixada brasileira na Colômbia. Os mafiosos russos levam cocaína para a Rússia e constantemente distribuem também por toda a Europa. Houve um crescimento impressionante na escalada do crime nesses países, conseqüência do aumento do consumo de drogas. A situação tornou-se tão difícil que os russos esqueceram certas diferenças com os Estados Unidos e partiram para uma ação conjunta com o FBI e a DEA, agência antinarcóticos dos Estados Unidos. Não devemos esquecer que nos portos brasileiros aportam navios da Rússia, Colômbia e África do Sul. Nosso País chegou a manifestar a retenção, mas acabou aceitando — isso eu não sei — a abertura de um setor do FBI em Brasília, visando estabelecer um plano de ação conjunta nos moldes do acordo com os russos. Outra preocupação é quanto à lavagem de dinheiro que ocorre nos grandes centros, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, em conseqüência, segundo analistas, em razão do grande *know-how* no campo da informática. Tais atividades criminosas apresentam expectativa de grandes lucros e interessam, porém não se descuidam das fontes primárias mais tradicionais, que são o contrabando e o narcotráfico. Assim rifles, Colt AR-15 produzidos nos Estados Unidos vão para o México, depois são trocados por cocaína colombiana e acabam na mão de guerrilheiros desse país e com os traficantes no Rio de Janeiro. Acho que agora a pergunta... Uma questão importante que eu acredito ser é por onde passa o contrabando de armas. O armamento e a munição que os soldados do tráfico utilizam vêm de fora através do contrabando de armas. Inicialmente, todo contrabando vinha do Paraguai. Convém assinalar que esse país não fabrica nenhum tipo de arma, é um país exportador de produtos de outros países, ali tudo entra, quase sem nenhum controle. O Paraguai é um grande depósito de muambas de todo o mundo. Algumas fábricas copiam e fazem pirataria de muitos produtos que não necessitam de alta tecnologia para fabricação. Com fiscalização praticamente inexistente, contrabandistas de armas para ali enviam seus produtos, para revenda em outros países, principalmente para o Brasil. Inicialmente todo armamento vinha do Paraguai, era o chamado Tráfico Formiga, pequenos contrabandistas traziam armas misturadas com aparelho de som, no interior deste, juntamente com miudezas, roupas e brinquedos. Em seguida, verificaram o enorme lucro que o contrabando de arma proporcionava e passaram a trazer armas de guerra — fuzis,



pistolas, metralhadoras — para abastecer os traficantes, a maioria interessada na aquisição desse armamento. No Rio de Janeiro, as regiões que recebem contrabando de armas são Angra dos Reais, Sepetiba e Mangaratiba. Barcos de pesca são usados para distribuir drogas e armas aos traficantes. Também na cidade do Paraguai Pedro Juan Caballero o contrabando de arma alcança Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, e segue para o interior de São Paulo; de lá são trazidas para o Rio de Janeiro. Do Paraguai, saem em pequenos aviões também trazendo armas e drogas, pousam em aeroportos existentes nas inúmeras fazendas que fazem fronteira. Eu já morei em Mato Grosso Sul, já morei em Mato Grosso, conheci aquelas fazendas todas e raramente há um fazendeiro daquele que não tem 2, 3 aviões, campos de pouso e tudo. Qualquer um pode sair de lá, para qualquer momento, ir para o Paraguai e voltar, não tem problema nenhum, porque são 200 quilômetros de fronteira. Do Paraguai saem os pequenos aviões. Sempre visitei... grande número de vôos dessas aeronaves. Inclusive num aniversário de um fazendeiro daqueles, ele tinha parece que cinquenta e tantas mil cabeças de gado. Tem gado ali que não tem nem visto pessoas, só via avião que passava por cima, só na época que eles... os rebanhos. Eu contei 15 aviões no aniversário dele, 15 aviões. Então, é muito fácil encontrar aquilo ali. A qualquer hora... Ninguém pergunta nada, porque é fato comum isso. Quando a polícia paraguaia tenta bisbilhotar alguma coisa, algumas notas aí de 100 dólares resolvem o problema. É como se expressou um rico fazendeiro que conheci em Ponta Porã: *“Isso aqui é um mundo à parte, imensurável e incontrolável, devido à própria imensidão da área. Muitos países europeus cabem aqui dentro”*. No lado brasileiro, não é incomum envolvimento de policiais e militares no contrabando, tal como no Paraguai. São aqueles que não resistem à sedução do suborno. Imaginam ou fingem imaginar que o contrabando é de brinquedos, perfumes, eletrônicos, roupa, calçado, cigarro, ferramenta, remédio. O comércio clandestino ilegal de mercadoria proveniente de Ciudad Del Este é enorme e chega a movimentar cerca de 1 bilhão e meio de dólares por ano. São 200 quilômetros de fronteira entre Brasil e Paraguai. Em 2002, 120 funcionários da Receita Federal fiscalizavam e inspecionavam os milhares de carros, vans e ônibus que atravessam a fronteira. À noite, pequenos barcos camuflados pela escuridão fazem o contrabando de arma, atravessando os rios. Inclusive eu até aproveitei, eu trouxe até aqui um recorte de jornal, que foi preso, 2



dias atrás, no Rio de Janeiro, um tenente-coronel do Corpo de Bombeiros, ele estava com 6 mil projéteis de fuzil. Onde é que ele estava? Ele estava ali, naquela fronteira ali. Isso vai ainda de encontro ao que apurei, estava lá. E outra coisa é também a apreensão desse rojão que eu estava dizendo também, trouxe aí depois para anexarem... As mais importantes entradas de contrabando de armas são as efetuadas pelos navios que ficam ancorados na Baía de Guanabara, na Baía de Sepetiba, toda a costa verde. O armamento, então, é conduzido para as principais rotas que são BR-101, Rio—Santos; Rio—Vitória, BR-106; Washington Luiz; BR-493, Rio—Magé; RJ-106, Rodovia Amaral Peixoto. Armas também iam por terra até o Porto de Paranaguá. Eram, então, embarcadas em navios que seguiam até o Porto de Sepetiba. Os locais de desembarque, segundo informantes, seriam Castelhana, Toca do Castor, Palmas, Jorge Grego, Ilha do Fogo, Ilha do Martins, Ilha dos Franceses, Praia do Junqueira e Rio da Guarda. Desses locais, as armas eram repassadas para helicópteros e levadas para as praias do continente, antes da atracação dos navios. Todo esse material bélico encomendado chegava bem camuflado em navios, que os transportava para pequenos barcos, saveiros, lanchas e traineiras, próximo à costa, antes da atracação. Muitas vezes, bem acondicionados em sacos de borracha ou plástico, amarrados em uma pequena bóia que flutua, marcando os locais, quando então eram içados para dentro dos pequenos barcos. À noite, toda a movimentação não era percebida. Com verdadeira organização, os traficantes possuem informantes infiltrados e sabem, assim, sobre as rotas dos navios com antecedência e pagam bem pelas informações. São os traficantes que sinalizam no momento exato para que as pequenas embarcações sigam até os navios fundeados no cais e retiram a carga de armas e drogas — isso sem chamar a atenção. Também o material repassado para as embarcações é levado para o Rio da Guarda, Cação e Vale do Sangue, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Existe inclusive uma ponte lá na estrada Rio—Santos, que inclusive fui lá, embaixo dela é que param os caminhões e *pick-ups*, já aguardando os barcos para recolher o material. Para chegar à margem do rio é preciso seguir por uma pequena estrada de chão. Os destinos das armas são: Morro do Cajueiro, em Madureira, Complexo do Caju, do Dendê, da Ilha do Governador, da Mangueira e favela da Parada de Lucas. *(Pausa.)* Pelo que podemos deduzir, porque eu mesmo sou autor deste livro, na hora... eu tenho alguns exemplares que vou deixar para o nobre Deputado aqui, os



outros eu vou mandar para aqui para serem distribuídos. Quando eu estava na 28ª Delegacia, eu fiz também aquele *funk*, aquela prisão daqueles promotores que verifiquei que os traficantes estavam muito bem armados, e eram eles que patrocinavam as músicas do *funk* naqueles bailes. Tem até dado nos jornais que garotas de família da classe média abandonam, estão abandonando a família e estão indo morar em até com esses traficantes em troca da droga, porque eles procuram viciar as jovens, infelizmente. Pelo que podemos deduzir, pelo que foi dito, as portas por onde entra o contrabando de armas são estas: a costa verde, Angra dos Reis, Sepetiba e Mangaratiba, no Rio de Janeiro, o Porto de Paranaguá, a fronteira do Paraguai e Bolívia, e chegam a falsificar documentações e guias de importações, que são muito fáceis de serem falsificadas. As armas chegam também nos portos como se fossem mercadorias importadas legalmente. Então, aumentar o efetivo da Polícia Federal e da Receita Federal da aduana, acredito ser importante. Fiscalizar e ter prontuários das centenas de aviões — essa é uma pequena sugestão, uma colaboração —, aumentar o efetivo da Polícia Federal e Receita Federal nas aduanas; fiscalizar e ter o prontuário das centenas de aviões que cruzam a fronteira diariamente, Paraguai, Bolívia e Colômbia. Outra coisa, ter o prontuário atualizado dos pilotos das aeronaves e seus antecedentes. Lá qualquer um que aprenda a dirigir, daqui a pouco ninguém nem pergunta para onde vai nem para onde vem, o cara põe um brevêzinho de piloto e já começa a pilotar. Ter cadastro e verificar a movimentação dos moradores proprietários de terra nas fronteiras, para identificar contrabandista de armas e drogas entre os fazendeiros, aqueles que compram ali uma terra — o traficante geralmente é muito rico —, e daqui a pouco passa a ser um fazendeiro, abre um campinho de pouso daqueles — isso é comum — e daqui a pouco ele está trazendo... as armas estão vindo através disso. Não sei. Desse ponto não cheguei a fazer um estudo profundo. Aumentaram os limites da Lei do Abate de aviões não identificados. Mas, nessas áreas... Acredito que, na fronteira de Mato Grosso com Paraguai, acho que essa Lei do Abate de aviões... Não sei, porque não cheguei a estudar esse assunto, de aviões não identificados. Outra coisa: conscientizar os fazendeiros da necessidade de assim agir em defesa do território brasileiro; aumentar o efetivo da Polícia Rodoviária Federal para efetivo patrulhamento nas principais rodovias de entrada no Rio de Janeiro, onde o contrabando é mais intenso. A fragilidade da fiscalização nos portos



brasileiros é inquietante. A Federação Internacional de Navegação, a *International Shipping Federation*, classifica nossos portos como inseguros, aumentando o chamado Custo Brasil. São freqüentes os casos de pirataria nos nossos portos. Em muitos casos, piratas... O interessante é que, nesses casos de pirataria, os piratas levam caixas, como se até já soubessem do conteúdo que têm essas caixas. Vai na noite. Porque tem mulheres que saem ali, da Praça Mauá, que vão atender aqueles clientes que ficam nos navios — comandantes e tudo — e ali aproveitam os piratas para também fazer as visitas. O interessante é que às vezes eles pegam caixas ali como se... nem abrem nem nada. Vão carregando, na maior facilidade. Levam caixas como se já soubessem do conteúdo. Os comandantes evitam dar queixas alegando que os dias parados e a burocracia com a investigação, bem como a franquia do prejuízo, costumam ser maiores que o valor das cargas roubadas. São essas alegações que precisam também ser investigadas. É comum avistarem-se navios mercantes fundeados na Baía de Guanabara. As luzes avistadas de Ipanema chamam atenção; não são para embelezar a Baía. Enfim, para combater o contrabando de armas, deve haver entrosamento muito grande entre Polícia Federal, Polícia Estadual, Polícia Civil, Militar, Rodoviária, Forças Armadas, Ministério Público Federal e Estadual, banco de dados e investigadores honestos e competentes. Tenho muito mais coisas aqui, mas eu vou mandar este exemplar. Desculpe a minha... Acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu agradeço muito, Dr. Arthur. Eu teria só a perguntar algumas coisas.

O SR. ARTHUR CABRAL - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse dossiê, o senhor tem cópia dele? Desse dossiê de 1.200 páginas?

O SR. ARTHUR CABRAL - Esse dossiê eu tenho. Mas como são 4 volumes — ele é pesado — eu posso... Só peço depois pra dar uma cópia pra mim. Posso até mandar. Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não teria problema nenhum.

O SR. ARTHUR CABRAL - Eu fiz lá um dossiê, o livro e o contrabando da carga.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho que o dossiê é interessante porque...

O SR. ARTHUR CABRAL - Perfeito. Tem muita coisa, muita pesquisa ali e tudo: trabalho de investigação, pesquisa e análise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas, se for o caso, pode entregar talvez na Polícia Federal.

O SR. ARTHUR CABRAL - Perfeito. Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a Polícia Federal nos manda.

O SR. ARTHUR CABRAL - Eu vou pedir para o presidente da nossa associação, que costuma vir muito a Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, ele costuma. É verdade.

O SR. ARTHUR CABRAL - ... pra fazer esse favor de entregar aqui o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Dr. Reale, não é? Então, ótimo. Eu gostaria de ter essa cópia. Na sua opinião, em 2000, quando foi feito esse trabalho, até hoje, continua na mesma?

O SR. ARTHUR CABRAL - Eu acho que continua na mesma, e a tendência talvez é até piorar, porque continua a haver todos os dias. Essas apreensões estão aumentando, estão indo... Melhor poderá falar o Carlos de Oliveira, que tem os dados mais atualizados que eu. Mas continua. A situação é preocupante. Faço votos que esta distinta CPI possa trazer mais paz para a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estou chegando a uma conclusão de que...

O SR. ARTHUR CABRAL - É muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... o nosso mar está aberto pra...

O SR. ARTHUR CABRAL - Totalmente aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A nossa outra fronteira também está aberta.

O SR. ARTHUR CABRAL - Fronteira muito aberta.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O mar, o ar e as fronteiras.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O ar, agora, está um pouquinho mais...

O SR. ARTHUR CABRAL - Deputado, e a fortuna que custa aquilo ali? Pra ele custa uma coisa; aqui é quase que 10 vezes. E o bandido paga...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que nós vamos evoluir pra alguma coisa junto com as Forças Armadas, porque, pela descrição que a gente vê... Quer dizer, por exemplo: nós não temos uma Guarda Costeira. O porto, lá...

O SR. ARTHUR CABRAL - Guarda costeira. Totalmente aberta, não tem nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós não temos uma Guarda Costeira. Não é culpa da Polícia Federal, que não tem instrumento nem pessoal pra isso.

O SR. ARTHUR CABRAL - A PM talvez pudesse fazer esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou a própria Marinha.

O SR. ARTHUR CABRAL - É, a Marinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A Marinha. Podia ter uma Guarda Costeira vinculada à Marinha, uma coisa assim, pra não permitir aquele negócio tão fácil, bem como poderia ter uma linha de fronteira, pelo menos de uns 10 quilômetros, que ficasse sob a responsabilidade do Exército.

O SR. ARTHUR CABRAL - Perfeito. Uma boa idéia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é?

O SR. ARTHUR CABRAL - Exato, exato.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E que guardasse pelo menos as pontes. Estradas tem muitas, mas pontes tem poucas. E todos eles têm que passar por essa parte terrestre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nas pontes eu acho que, aí sim, pode concentrar a Polícia Federal e Receita, pra assegurar, mas nós temos a fronteira seca danada lá, que são centenas e centenas de quilômetros.

O SR. ARTHUR CABRAL - Se o senhor for naquela fronteira lá, vai conversar com aqueles fazendeiros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós sobrevoamos aquela fronteira e vimos que...



O SR. ARTHUR CABRAL - Pois é. O senhor fica bobo de ver como é que tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - São várias estradinhas vicinais cruzando a fronteira.

O SR. ARTHUR CABRAL - Tudo ali. Aqueles aviões pequenos assentam hoje em qualquer coisa daquela; em qualquer aeroporto pequeno ali eles assentam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, é interessante que não tenha material humano na polícia, porque, veja, alguns pontos desses, como essa ponte que o senhor falou, era pra ter uma vigilância permanente ali.

O SR. ARTHUR CABRAL - Exato. E a Polícia Rodoviária Federal vê muito essas vias de acesso ao rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles já sabem onde é o local, sabem que é embaixo da ponte, lá na Rio-Santos. Quer dizer, era fazer uma vigilância e pegar os caras.

O SR. ARTHUR CABRAL - Tem, por exemplo, ataque aos quartéis. E outra coisa que eu julgo de suma importância é que o tráfico agora está usando muito pessoal militar, esses jovens que saem das Forças Armadas. Eles procuram camaradas pára-quedistas, corpo de fuzileiros navais. Por quê? Porque esses ex-praças, ex-soldados, conhecem o manuseio do armamento. À noite, pode passar instrução para as... Acho que o ponto mais importante no Brasil está no Rio de Janeiro, nas favelas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado. Eu vou passar a palavra aos Deputados que se inscreveram. Deputado Neucimar Fraga com a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Arthur Cabral, primeiramente, queremos agradecer a V.Sa. a presença aqui conosco. Queremos parabenizá-lo pelo relatório apresentado. Esse relatório demonstra que o delegado é realmente conhecedor da causa, conhece profundamente o assunto, tem muito a contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ARTHUR CABRAL - Obrigado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ficamos felizes em saber que algumas rotas... Ontem, inclusive, eu questionava o representante aqui sobre a possível utilização da rota entre Rio-Santos, a rota marítima ali, as muitas ilhas, e



ele disse — e inclusive eu poderia até contrapor —, que até hoje nunca conseguiram provar nada de apreensões ou de utilização das ilhas ali. Existem idéias, posições, mas que nunca foi conseguido provar, nunca conseguiram pegar ninguém, nunca conseguiram realmente montar uma operação, apreender ali uma embarcação, quem sabe pra interditar ali uma embarcação, quem sabe um rebocador, uma lancha, porque, pra todos nós... Somos até leigos no assunto, nem somos profundos conhecedores. Estamos aprendendo com a CPI sobre esse grande mal que é a questão do armamento no Brasil, o tráfico de armas no Brasil. Não vou nem falar de tráfico ilegal, porque todo tráfico é ilegal, o tráfico de armas no Brasil... E não é surpresa pra nós sabermos que aquelas ilhas ali, até chegar no Rio de Janeiro, elas podem servir de base pra chegada de pequenas lanchas, navios, helicópteros. Muitas ilhas ali têm heliporto. Então, são uma posição geográfica e facilita. E, como o Rio de Janeiro é cortado por várias BRs que dão acesso aos grandes centros urbanos, principalmente Minas Gerais e São Paulo, a rota Rio– Nordeste, que passa pelo Espírito Santo e a BR-101, que vai até o Nordeste, nós sabemos que tudo isso são fatores que contribuem, influenciam e colocam hoje o Rio de Janeiro como uma das principais rotas do tráfico de armas no Brasil e — por que não dizer? — do mundo, que assim com chega fácil, pode estar saindo fácil também pra outros portos de outros países. E eu quero saber de fato o seguinte: O relatório aponta aqui várias possibilidades ou realmente é fruto de operações já realizadas que identificaram navios que trouxeram armas para o Brasil; que identificaram e apreenderam embarcações que faziam essa rota que tinham lastro com as favelas, ou o relatório é fruto de um mecanismo da Inteligência que compartilha, compactua com essas idéias, mas que nunca realmente foi preso ali um navio, um comandante daquele navio foi identificado, tinha arma dentro, foi preso, de onde veio aquela arma, de qual país veio. Isso já foi feito alguma vez no Rio de Janeiro?

O SR. ARTHUR CABRAL - Deputado, o meu efetivo era muito pequeno, quer dizer, não era nem assunto meu. Eu comecei a me interessar porque via aquilo ali: jovens morrendo no baile *funk* e tudo. E o senhor tem toda razão quando fala que esse material já é mais quando já está em atividade, não é verdade?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Correto.



O SR. ARTHUR CABRAL - É. Mas é fruto muito da Inteligência de ouvir informantes infiltrados, um ou outro. O senhor sabe que a lei nesse aspecto... Até pessoas para se identificar morrem.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O senhor diz aqui que esse relatório foi enviado para algumas instituições.

O SR. ARTHUR CABRAL - Foi. Ministério Público e esse aí... Entreguei...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E qual foi o desdobramento desses relatórios? O Ministério Público abriu um processo de investigação, a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, em ação conjunta com a Polícia Federal, também estabelecida no Rio de Janeiro, elas abriram e aprofundaram a linha de investigação pra identificar: *“Não, nós vamos saber se essa rota existe mesmo, se esse ponto lá da ponte Rio—Santos é um ponto realmente de chegada de movimentação, se essas embarcações que supostamente fazem aí o trajeto dos navios pra essas pequenas ilhas ali de Mangaratiba, ali — quem sabe? — em Angra dos Reis, facilita a Linha Verde, Rio—Santos?”* Eles tentaram fazer? Apresentaram o relatório para a imprensa como pessoas que dominam o assunto, que têm informações privilegiadas, e guardou-se esse relatório? Ou, a partir da entrega desses relatórios, se as instituições que os receberam, se eles promoveram ações para que esse relatório tivesse desdobramento e culminasse com a prisão de pessoas, de embarcações e realmente pudesse ser um relatório de resultados? Porque esse relatório eu achei muito importante pra nós, para a CPI, mas já há 4 anos poderia ter sido importante pra o Ministério Público, que é um órgão que tem desenvolvido ações importantes no Brasil; à Polícia Federal, que tem dado demonstrações da sua competência, que, quando quer agir, age e age com rigor e com resultado, e até mesmo as outras Polícias, que, quando têm interesse em agir, agem e apresentam resultados. Porque resultados nós queremos apresentar à Comissão, mas nós sabemos que milhares de vidas poderiam ter sido poupadas, se esses relatórios realmente tivessem sido levado a sério pelas instituições que os receberam. E eu queria saber se houve alguma ação ou se eles leram, acharam bonito, acharam bem feito, parabenizaram e arquivaram.

O SR. ARTHUR CABRAL - Deputado, a minha delegacia era uma pequena delegacia lá do subúrbio: 28ª Delegacia. Depois que eu entreguei o relatório, logo depois eu fui transferido pra outro local: delegacia especializada em meio ambiente.



E ali com pouca... Eu só vim tratar... Aí fiz o caso Buana Parque. O que cumpre ao meu papel de fazer eu vou até o fim, não quero...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu sei. Então quer dizer que...

O SR. ARTHUR CABRAL - E aí não sei o que é que resultou daquilo, porque eu já tinha... Entreguei o relatório e pouco tempo depois eu fui transferido pra delegacia especializada de crimes ambientais. E ali era coisa enorme de coisa que eu encontrei.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas o senhor acha que a sua transferencia foi fruto talvez como represália desse relatório?

O SR. ARTHUR CABRAL - Não, acredito que não, acredito que não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas o senhor solicitou...

O SR. ARTHUR CABRAL - É coisa de rotina mesmo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É coisa de rotina?

O SR. ARTHUR CABRAL - Acredito, é. Talvez eu estivesse melhor aplicado...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas pode até ter sido, o senhor é que talvez não queira acreditar.

O SR. ARTHUR CABRAL - Eu não posso dizer isso, Deputado, eu não sei realmente. Não, não acredito que seja isso, porque é comum isso em delegacias do Rio: a pessoa está aqui, daqui a 3 meses vai pra outra delegacia. Realmente não há. Infelizmente não há uma coisa, uma continuidade que nem o senhor falou que seria o ideal: a pessoa continuar num trabalho relevante, talvez, ser mais bem aproveitado. O senhor tem razão, tem razão, mas eu não posso lhe informar se...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Se houve...

O SR. ARTHUR CABRAL - Aí, quando eu fui logo pra delegacia do meio ambiente, ai encontrei o caso Buana Parque, que o senhor deve ter...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Hum-hum.

O SR. ARTHUR CABRAL - Aí me empenhei. Aquilo que... Eram poucos funcionários ali, fiquei atordoado com tanta coisa. Chegava lá cedo, só saía à noite, de noite, bem tarde.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E para elaborar esse relatório, com certeza foram ouvidas algumas fontes sérias, pessoas que conhecem do assunto...

O SR. ARTHUR CABRAL - Ah sim!.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - ... fontes importantes. Eu não sei se essas fontes, com certeza... talvez não tenham sido citadas no relatório. Mas o delegado poderia depois, quem sabe, até numa conversa formal, numa reservada com a Comissão, passar algumas fontes pra Comissão?

O SR. ARTHUR CABRAL - Deputado, olha... Por exemplo: tinha...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não precisa citar agora, não, de repente as fontes podem ser citadas depois pra Comissão trabalhar nesse relatório.

O SR. ARTHUR CABRAL - Ah sim! Por exemplo: muita coisa, muita... o trabalho de inteligência naturalmente é trabalho de pesquisa, o senhor tem razão, agora muito coisa também é extraída de traficantes que diziam mesmo: *“Olha, essa arma tal era de Fulano”*. Ou às vezes brigava, ou às vezes... Porque no Rio tem aquele negócio: o 3º Comando, o Comando Vermelho e os amigos dos amigos. Às vezes o camarada: *“Não, é esse, são eles que têm”*. Realmente, naquele... É um catatau desse tamanho, aquilo pesa, são 4 volumes que eu vou pedir pra trazer pro senhor e vou... realmente. Então, baseado naquilo ali, é que eu acho que...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k.

O SR. ARTHUR CABRAL - Tem tudo isso: as apreensões de...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas tem outras informações que não constam no relatório, que não foram colocadas no relatório, que poderiam ser repassadas pra esta Comissão, quem sabe, até em caráter reservado?

O SR. ARTHUR CABRAL - Não, o senhor sabe o que é que é? Na vida, na vida...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Porque às vezes tem... Eu sei que o senhor é delegado de uma instituição da Polícia e é impossível ter tráfico de armas sem a participação da polícia.

O SR. ARTHUR CABRAL - Ah, não tenha dúvida, porque é muito dinheiro que corre...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Pois é .

O SR. ARTHUR CABRAL - ... e não podemos...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E a gente sabe também que existe uma represália muito grande por parte do policiais envolvidos em relação a quem faz qualquer tipo de denúncia. Penso eu, que é possível que tenha acontecido, que no relatório talvez não foi possível constar o nome de...



O SR. ARTHUR CABRAL - É, o nome que não...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - ... supostamente, alguns policiais que estejam envolvidos.

O SR. ARTHUR CABRAL - Não, o que constava às vezes era um agente de um serviço de segurança desse que vinha, conversava, queria também levar o que apurávamos também para os serviços dele. Isso é muito comum, essa coisa, entre serviços de inteligência se encontrando querendo saber alguma coisa pra poderem também fazer o trabalho deles, mas assim que... coisa, sinceramente, não.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Todas as informações que o senhor achou que foi importante constam no relatório.

O SR. ARTHUR CABRAL - Tudo que foi... Tudo consta ali, Deputado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Quer dizer, pode ter um coronel que está envolvido, mas o senhor não pôde citar no relatório. O senhor só citou que tinha polícia envolvido. Porque essas informações são importantes pra nós.

O SR. ARTHUR CABRAL - É importante, mas não, não cheguei a coisa, só vi quem era, estava ali mesmo. Não cheguei...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não foi detalhado, foi no...

O SR. ARTHUR CABRAL - Tem coisa em geral...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - ...no atacado.

O SR. ARTHUR CABRAL - Exato, exato.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k. Obrigado, Presidente, eu agradeço e parabenizo o delegado.

O SR. ARTHUR CABRAL - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado. Suas colocações são bem importantes. Talvez no relatório, no transcorrer nós possamos agilizar mais. O Deputado Colbert Martins tem a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Só pra agradecer ao Delegado Cabral. E eu me considero satisfeito com as perguntas feitas pelo Deputado Neucimar. Eu acho que V.Sa. colabora muito com esta Comissão também.

O SR. ARTHUR CABRAL - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Arthur, eu não tive oportunidade participar do momento em que V.Exa. falava porque estava na Comissão de Direitos Humanos e era Relator e, por isso, tive que ficar até aquele momento. Mas, a partir das questões levantadas pelo Deputado Neucimar, algumas outras questões, elas trazem... O senhor já respondeu, desculpe-me, mas gostaria de... Primeiro, o senhor investigou que essas armas vinham pelo Paraguai, pela Bolívia e também pela Colômbia. Além desses 3 países, tinha outros países também que também armas chegam aqui?

O SR. ARTHUR CABRAL - Além dessa entrada desses países, vem direto... Por exemplo: pode vir da Rússia, com a máfia russa, navios. O que chegam mais ali são navios da União Soviética, da antiga União Soviética, da Rússia, onde tem a máfia russa muito atuante, da África do Sul e da China também chegam. Pelas fronteiras, as principais são essas. Lá, talvez, na Guianas, eu não cheguei...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No Suriname?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas há tantas HK-47 lá?

O SR. ARTHUR CABRAL - Pois é. Inclusive, essas armas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do Suriname tem?

O SR. ARTHUR CABRAL - Não, que eu... coisa, não. Acho que devido à lonjura e tal. Acho que a rota...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aqui, nós já tivemos oportunidade de que havia uma conexão de Suriname/Rio de Janeiro. Inclusive o Marquinhos Niterói seria esse intermediário com uma pessoa também que morava no Suriname. Mas, quase 400 fuzis foram levados para a favela lá do Rio de Janeiro, Pedreira.

O SR. ARTHUR CABRAL - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - V.Sa. não investigou esses casos?

O SR. ARTHUR CABRAL - Não, do Suriname, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. ARTHUR CABRAL - Agora...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Diga, pode falar.

O SR. ARTHUR CABRAL - Eu acho que a pessoa mais importante, que poderia... Só que esse homem não vai falar, não vai dizer nada aqui aos senhores — acredito que não —, que sabe rota, sabe tudo, é o Fernandinho Beira-Mar. Esse homem sabe de tudo: rotas, nomes, tudo o que... Mas eu garanto que ele talvez



fizesse um trabalho... Nos Estados, o FBI costuma usar o pentotal. Pega o camarada... Aqui não tem isso. Aqui nós respeitamos os direitos humanos. E posso dizer uma coisa ao senhor: o americano está louco pra pegar o Fernandinho Beira-Mar, porque o que ele sabe... Porque acontece que lá, na Colômbia, existe as FARC; as FARC que sempre procuraram esconder a coisa da cocaína. Então, o americano, tendo o Fernandinho Beira-Mar com ele, ele poderia naturalmente provar que realmente as FARC fazem o contrabando de drogas para o mundo todo. Então, um homem chave aí na coisa é o Fernandinho Beira-Mar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, só que Fernandinho Beira-Mar, quando foi convocado para aqui, ele não mostra rota, não. Ele arrota a arrogância dele, que é muito grande. Mas eu pergunto... Tem um fato que chama a atenção. Nós aqui investigamos que, no Porto de Paranaguá, existe uma parte que é alugada para o Paraguai, e aqui fala de que armas iriam para o Paraguai e depois voltava para Sepetiba. O senhor investigou essa situação?

O SR. ARTHUR CABRAL - O senhor lembrou bem esse fato, porque existe lá no Porto de Paranaguá uma área lá... Como o Paraguai não tem porto marítimo, parece que tem um acordo com o Brasil, não sei, que ali vem material para eles e ninguém nem abre. Aquilo é direto para o Paraguai. Como eu disse anterior, há muita falsificação dessas guias de importação, muitas. O senhor tem razão: ali é uma fonte grande. Muito contêiner que entra, muita coisa, não há fiscalização, essas guias são fáceis. Talvez modificar — uma sugestão —, modificar a leitura ótica dessas guias, verificar melhor. Realmente ali é um...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso, a sua investigação se deu na ponta.

O SR. ARTHUR CABRAL - Mas fala nisso aí, no Porto de Paranaguá, fala.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor teve oportunidade de ter uma investigação maior com autoridade do Paraná sobre esse esquema?

O SR. ARTHUR CABRAL - Não, senhor, só através de informantes, através de traficantes presos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ARTHUR CABRAL - Mas, com certeza, ali vem contrabando de arma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma outra coisa importante é o esquema que eles usam. Eles usam navios, têm barcos, caminhões.



O SR. ARTHUR CABRAL - Traineiras.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Traineiras.

O SR. ARTHUR CABRAL - Lanchas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lanchas. O senhor identificou alguma vez, por exemplo.. Quando vem arma, vem droga também. Alguma vez...

O SR. ARTHUR CABRAL - Eu anexeí fotografias. Eu anexeí fotografias em dossiês.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dessas armas virem em aviões pequenos?

O SR. ARTHUR CABRAL - Aviões, não chegamos a pegar ninguém, porque também com efetivo pequeno, não era nem minha área de atuação. Eu saindo lá de uma delegacia do subúrbio para...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse dossiê todo o doutor já colocou à disposição para que a CPI possa ter todo esse levantamento?

O SR. ARTHUR CABRAL - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O esquema de lavagem de dinheiro em contas bancárias no exterior. O senhor investigou essas contas bancárias ou não deu para...

O SR. ARTHUR CABRAL - Realmente, tinha muita informação. Realmente, ali no Paraguai, no Uruguai, tudo são lugares que os traficantes operam para fazer a lavagem de dinheiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E os chefes dessas... Os intermediários, o senhor identificou que eles são, na maioria, do Paraguai e da Colômbia?

O SR. ARTHUR CABRAL - É, geralmente são. Os grandes traficantes são colombianos e paraguaios.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E como era o esquema desse colombiano que morava no nosso País?

O SR. ARTHUR CABRAL - Isso tem muito também. Isso aí tem muita coisa também. Nesse aspecto desse colombiano tem muita coisa de jornal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem.

O SR. ARTHUR CABRAL - Tem exagero.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor não...



O SR. ARTHUR CABRAL - Não. Chegamos a saber desse elemento, que existia. Eu fiz o caso José Irlandini, quando fui titular da Delegacia de Defraudações do Rio de Janeiro. Era um grande falsificador de quadros. E aí teria esse colombiano em ligações com Irlandini. O Irlandini, num dia, chegou a comentar isso comigo: “*Esse homem, tal...*” Aí ficou naquilo. A gente poder assim, mas a pessoa...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor identificou armas que eram trazidas para aqui, armas russas, armas da Alemanha, da Suíça, dos Estados Unidos, da Áustria, da Argentina.

O SR. ARTHUR CABRAL - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mais algum outro país?

O SR. ARTHUR CABRAL - Não, 35% do armamento que vem é dos Estados Unidos. Vêm também da Suíça, Sig-Sauer, esse HK-47 também da Rússia, devido a máfia russa, mas 35% é do americano, porque o americano, como disse aí, ele é muito exigente do que entra, mas do que sai, sendo dinheiro, ele não liga. Têm muitos clubes dos Estados Unidos de tiro. Lá a pessoa atira até de tanque. No clube de tiro daquele, o cara tem tanque, tem tudo. O governo olha de longe e tal, mas não...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E esses navios de bandeiras russa, sul-africana e chinesa?

O SR. ARTHUR CABRAL - Seriam esses que são...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eles foram investigados ou não?

O SR. ARTHUR CABRAL - Consta aqui, por informantes, que esses navios jogam bóias à noite e o traficante assinala. Porque aquilo ali está totalmente abandonado. Infelizmente, nós não temos uma guarda costeira, um abandono completo naqueles portos ali.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que as armas não chegam ao porto. Eles pegam já...

O SR. ARTHUR CABRAL - Eles jogam aquelas bóias e depois vão as traineiras e lanchas aí pegam aquelas armas e trazem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, quando eles chegam ao porto, é como se estivesse trazendo a carga normal...

O SR. ARTHUR CABRAL - E outra coisa que chama a atenção: muito roubo de carga de navio, ação de piratas, é como se os piratas já soubessem o que tem



dentro da caixa. Foi lá, pegou aquilo, como se já soubesse de tudo ali. Acho muito estranho, e os comandantes dos navios não dão queixa, porque dizem que a burocracia, até que vá investigar aquilo... E a franquia cobre o prejuízo. Aí não investiga. Então, quer dizer, é muito estranho isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essas armas que chegam ao Rio de Janeiro, elas vão para que região?

O SR. ARTHUR CABRAL - Elas vão... Por exemplo, todas as favelas onde tem... Existe uma guerra entre traficantes. Então, o traficante, para proteger o seu território, ele tem que estar bem armado. Eu, por exemplo, nas investigações que fiz, não encontrei nenhuma coisa assim política, ideológica nisso. Assim como tinha dito, alguns Robin Woods, que pegam cargas e depois jogam nas favelas e aí vão lá...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas — só a última pergunta — deu para o senhor identificar onde há a presença maior de armas?

O SR. ARTHUR CABRAL - Ah, não tenha dúvida.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quais são as favelas onde tem maior incidência?

O SR. ARTHUR CABRAL - Quem pode depois falar melhor, bem especificamente, é o meu colega, que ele é de lá. Ele pode talvez dizer onde há maiores apreensões, quais são os tipos de apreensões.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu agradeço ao Deputado Luiz Couto e agradeço ao Dr. Arthur pela sua colaboração. Acho que trouxe alguns dados novos, como essa rota atlântica do tráfico de armas, que é terrível. Estou vendo praticamente as instituições impotentes para coibir essa rota atlântica. É um negócio muito complicado. Fazer busca no navio nem se fala, é complicadíssimo.

O SR. ARTHUR CABRAL - O senhor tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Um navio grande desse, fazer busca é ... Eles podem esconder no forro do navio e ninguém vai encontrar nunca.

O SR. ARTHUR CABRAL - Tem muitos lugares. É difícil. Demora muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, tem que ter uma fiscalização costeira. Se não tiver essa fiscalização costeira, não vai acontecer. Se o senhor quiser dar as últimas palavras, o microfone fica franqueado.



O SR. ARTHUR CABRAL - Eu quero agradecer e me coloco à disposição aí pra qualquer coisa. E vou enviar, então, esses 4 volumes e alguns livros desses que escrevi sobre o assunto: *Nos Bastidores do Funk, Tráfico de Armas*. Vou mandar aí para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Será lido e analisado por nós, pode ter certeza.

O SR. ARTHUR CABRAL - Pra mim foi uma honra estar aqui e poder colaborar com a CPI. Desejo êxito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Antes de chamar o Dr. Carlos Antonio Luiz de Oliveira, Diretor da Delegacia de Repressão, Armas e Explosivos — desde já agradecemos a sua presença —, eu gostaria de fazer algumas votações, visto que já temos *quorum* regimental. Em primeiro lugar, eu gostaria de saber se é preciso ler a 18ª ata?

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - V.Exa. pode dispensar a leitura da ata em razão da sua distribuição, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Colbert Martins. Então, em discussão a ata da 18ª reunião. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovada. Temos alguns requerimentos importantes. Temos 3 requerimentos que poderíamos votar em bloco, porque são sobre as operadoras de telefonia celular, que foi a grande dificuldade colocada ontem pelo Dr. Rui, dizendo que infelizmente a celeridade é quase nula quando se quer saber a origem de um telefone celular de fora da cadeia, em que a ligação se originou da cadeia. Então, isso é uma coisa que causou muita estranheza e perplexidade à CPI ontem, porque todas as empresas de telefonia dizem que localizam um celular onde quiserem para quem quiser aquele celular. E não é que seja um celular especial, eles localizam qualquer um. Então, diante disso, foram feitos requerimentos pela Vice-Presidente solicitando ao Presidente e ao Diretor Técnico das Operadoras Vivo, Claro e Tim, que foram as 3 citadas pelo Dr. Rui ontem, e que tinha essa dificuldade. Posso, então, colocar um requerimento de votação em bloco das 3. Em discussão. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Então, vamos votar os Requerimentos nºs 72, 73, 74, que solicitam sejam convidados — vejam que nós estamos, por enquanto, convidando —



os Srs. Presidente e Diretores Técnicos das operadoras. Em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovados. O Requerimento nº 75, também da Vice-Presidente Laura Carneiro, que solicita que seja convocado, na qualidade de testemunha, o tenente-coronel Walter dos Santos Paraíso, do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Acho que a oitiva e a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico desse tenente-coronel é uma linha importantíssima de investigação. Nós teremos mais detalhes sobre esse tenente-coronel amanhã, quando teremos o delegado federal que fez a apreensão ali perto de Foz de Iguaçu. Mas a oitiva dele é fundamental. Eu acho até que mais importante do que a oitiva dele vão ser as quebras de sigilo dele para ver qual era o relacionamento que ele tinha com os outros, e alguém se prestando a isso com uma patente de tenente-coronel, quer dizer, para ver aonde o tráfico está chegando já nesse sentido. Então, talvez uma das questões mais importantes para a CPI pegar como linha de investigação seja essa. Coloco em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Eu peço ao Deputado Colbert Martins que assuma a presidência, que o próximo requerimento é de minha autoria. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Requerimento nº 76, de 2005, do Sr. Moroni Torgan, que solicita sejam realizadas diligências sobre o tráfico de armas no Estado de São Paulo. Se V.Exa. quiser...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Nós estamos fazendo diligências em alguns locais, como na Paraíba. Vamos fazer também na Bahia, vamos fazer no Rio Grande do Sul. E São Paulo, pelo que nós ouvimos hoje, é uma das rotas e inclusive uma das fontes de mercado, desse mercado do tráfico de armas. Então, conseqüentemente, eu gostaria de que essas diligências fossem feitas. Eu já nomeei, desde já, para coordenar essas diligências, o Deputado Carlos Sampaio, se o requerimento for aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Colbert Martins) - Em discussão o Requerimento nº 76, de 2005. *(Pausa.)* Encerrada a discussão, em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Volto a Presidência ao Deputado Moroni Torgan. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Colbert Martins. Ratifico que o Deputado Carlos Sampaio vai ter, então, a missão de coordenar as diligências que esta CPI fará no Estado de São Paulo. Não havendo mais requerimentos a tratar... Amanhã teremos vários requerimentos de quebra de sigilo. Nós vimos aqui vários comerciantes que foram pegos com tráfico de armas, e é preciso que já comecemos a agilizar as quebras de sigilo, como também o desse tenente-coronel que vai estar no rol dos requerimento de amanhã, que são requerimentos que deram entrada hoje, não é?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não, quebra de sigilo. Convido agora o Dr. Carlos Antônio Luiz de Oliveira para sentar-se aqui à frente, agradecendo-lhe mais uma vez pela sua presença. O seu trabalho corre junto com o trabalho desta CPI. Então, nós somos gratos pela sua exposição, que será feita a partir de agora. V.Sa. tem o tempo que julgar necessário para expor.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Muito prazer. O meu nome é Carlos Oliveira, sou Delegado Titular da Delegacia de Repressão a Armas Explosivos do Rio de Janeiro. A delegacia é responsável pela direção e planejamento das atividades de repressão ao tráfico de armas no Rio de Janeiro. O Dr. Arthur Cabral, com muita propriedade, informou algumas nuances com relação ao tráfico de armas, procedência, fornecedores, rotas e os interessados na aquisição dessas armas de fogo. No Rio de Janeiro, os senhores sabem, tivemos e temos ainda uma necessidade muito grande de fazer um trabalho profissional, um trabalho sistemático no tocante à repressão ao tráfico de armas. Isso é uma preocupação que vem sendo desenvolvida no nosso Estado, desde o final da década de 90 — 98, 99 —, com alguns profissionais da área de segurança pública sistematizando e procurando dimensionar o problema de armas de fogo na mão da criminalidade. Não só armas de fogo: explosivos, munições, todo tipo de armamento na mão da criminalidade no Rio de Janeiro. E como começamos a fazer isso? Procuramos ir às fontes. Como dizemos no Rio de Janeiro, nós sujamos a mão de graxa. Procuramos entender que armamento era esse, como esse armamento chegava na mão dos criminosos, qual tipo de criminoso necessitava desse armamento e que tipo de armamento esse criminoso utilizava. Para isso nós tivemos que entender a linha evolutiva, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, do uso de armamento pela



criminalidade no nosso Estado. Para isso também tivemos que entender os antecedentes históricos e ver a situação do nosso Estado não só como um Estado da Federação brasileira, porque o crime de tráfico de arma de fogo é transnacional, no mínimo interestadual. E assim, seguindo esse sistema de investigação, de pesquisa, nós observamos que nos anos 70... Entendemos, em primeiro lugar, que a grande mola propulsora da disseminação do porte, da posse, da transferência ilícita de armas de fogo no Estado é o narcotráfico. Foi e é o narcotráfico. Como bem disse o Dr. Arthur Cabral, passou de um negócio pequeno para um negócio extremamente rentável. E o tráfico de armas está umbilicalmente ligado ao narcotráfico. E essas quadrilhas, se enriquecendo, evoluíram também no uso de armamento. E assim nós tivemos, nos anos 70, no nosso Estado, o uso de pistolas, revólveres; nos anos 80, nós tivemos uma profusão de submetralhadoras — por exemplo: a FMK3 argentina, as Uzi —; e, nos anos 90, a arma que consideramos a arma mais nefasta em se tratando de armamento utilizado por criminalidade urbana, que são os fuzis. E observando isso, vendo qual era o fluxo, como essas armas chegavam na mão dos criminosos, nós percebemos que elas atendiam a dois fluxos distintos. Um, o fluxo interno, que nós chamamos de mercado interno. São armas que chegam na mão dos criminosos através de ataques a agentes de segurança patrimonial, a ataques a agentes de segurança pública, a desvios de arsenais de organizações militares e policiais, e subtrações criminosas — furto, por exemplo, em interior de residência. Esse é o fluxo interno, é como o mercado interno se dá no nosso Estado. E o outro é o contrabando, são as armas mais potentes. Usando a classificação da lei, as armas de uso restrito: munições, artefatos explosivos que, através de contrabando, chegam até a mão dos criminosos. Nós observamos também que há uma distinção na utilização dessas armas de fogo, sob o prisma de quem está usando, qual o tipo de criminoso que está usando a arma: os crimes, por exemplo, de delinqüência, que chamamos doutrinariamente de crimes de delinqüência; crimes de violência, que são porte, posse, aquela pessoa que vai ao bar armado, que está trafegando no seu carro armado. Os crimes de violência — classificamos como crime de violência os homicídios passionais, os homicídios simples — são praticados com um tipo de arma específica. Usando também a classificação da lei, são as armas de uso permitido geralmente, geralmente as armas de uso permitido. E outra observação importante a ser feita é que essas armas, principalmente se tratando de



contrabando, obedecem à lei de mercado, à simples lei de mercado, que funciona em todo lugar do planeta: oferta/procura. O criminoso necessitando da arma, alguém oferecendo, um traficante levando essa arma até a mão daquele que vai receber a arma nos nossos morros, nas nossas favelas. E esse contrabando, esse fluxo externo de contrabando, falando ainda de lei de mercado, está muito vinculado a problemas estruturais, a uma conjuntura mundial que influencia diretamente no tráfico de armas de fogo. Por exemplo — aliás, foi até falado pelo Dr. Arthur Cabral —, podemos dar o esfacelamento do bloco soviético; descontrole de arsenais; armas sobrando; a indústria soviética é uma indústria muito respeitada em se tratando de armas de porte e armas portáteis; o criminoso, no Rio de Janeiro, necessitando; aparecimento; disseminação, profusão de fuzis AK-47 na mão dos criminosos — AK-47 e seus similares; problemas conjunturais de ordem econômica e política na Argentina; aparecimento de granadas modelo FMK-2 na mão de criminosos do Rio de Janeiro. Então, como os senhores podem perceber, o problema é global. Para entendê-lo, nós temos que também observar o mundo. Porque também não é uma exclusividade do Rio de Janeiro, do Brasil, o problema com armas, o comércio, a transferência, o contrabando de armas pequenas e armas ligeiras, que dizem alguns, alguns especialistas que, em se tratando de arma de fogo, se tratando de armamento, é o verdadeiro fator de desestabilização atual, contemporânea; não são as armas nucleares. Peço que comece a apresentação dos eslaides. (*Segue-se exibição de imagens.*) Vou apresentar alguns casos, a situação do nosso Estado com dados estatísticos e alguns casos que nós trabalhamos, algumas investigações que nós trabalhamos para que os senhores possam entender esse fluxo interno, esse mercado interno e o contrabando como se dá. Bom, esta é a nossa série histórica de apreensões no Estado do Rio de Janeiro. Nós temos aqui o número de apreensões de arma de fogo desde 1995 até 2004. Os senhores podem perceber um aumento substancial de apreensões de arma de fogo. Por que desse aumento? Primeiro, porque realmente, nesse período, os criminosos adquiriram muita arma de fogo, principalmente até o início do século XXI, metade dos anos 90 até 2000, 2001, principalmente nos anos de 1994, 1995, 1996 e também porque, a partir de 2001, foi criado no Estado do Rio de Janeiro até pelo Deputado... Quem operacionalizou isso foi o Deputado Josias Quintal, à época Secretário de Segurança do Estado, de uma política... Passou a ser operacionalizada, no Estado, uma política específica voltada



para a repressão do tráfico de armas, da posse, do porte e de outras condutas derivadas envolvendo armas de fogo de origem ilícita ou irregular. O nosso policial passou a ter uma visão específica para a apreensão de armas e paióis de armas de fogo. Isso aí teve como consequência um aumento substancial na apreensão de armas de fogo. Os senhores podem observar: em 1999, 9 mil armas apreendidas; aqui, em 2004 e 2003, já tivemos 15 mil armas de fogo apreendidas. Os senhores não de convir que é muita arma de fogo. É um pouco difícil o criminoso repor 15 mil armas. Isso aqui é por espécie. Este gráfico é muito importante porque ele demonstra que a maioria das armas na mão dos criminosos são pistolas e revólveres. Os fuzis correspondem a apenas 3%, não obstante ser a arma de fogo que maior problema causa, obstaculiza muito as ações policiais, é uma arma muito letal e que mais causa intranqüilidade social no nosso Estado, correspondendo a apenas 3% das apreensões. E, realmente, é o número menor de armas que eles possuem. Um grupo específico de criminosos é que têm essas armas, são os narcotraficantes. Aqui, por origem, os senhores podem perceber também que cerca de 70% das armas apreendidas são armas de origem nacional, o resto, que são armas de origem estrangeira. Existem algumas armas aqui que são armas nacionais, mas que foram exportadas e retornaram para o nosso País via contrabando. Isso é um dado também importante de se comentar. Aqui é um quadro sobre a origem das armas. Os senhores podem observar que sempre as armas americanas encabeçam o quadro. A maioria das armas estrangeiras apreendidas são armas de produção norte-americana; depois, vêm Itália, Argentina, Alemanha, Espanha — com algumas pistolas Llama, alguns fuzis — e, na Áustria, mais as pistolas Glock. Agora nós vamos passar a demonstrar algumas... Nós nos detivemos especificamente nos fuzis. Como eu disse, é o maior problema que nós temos com relação ao tipo de arma de fogo usado pela criminalidade. Vamos mostrar agora alguns fuzis que são apreendidos, os principais e a sua origem, para os senhores terem uma idéia, terem uma visão mais clara, mais ampla de como funciona o tráfico. Este é um fuzil Colt, de produção americana. O mundo hoje, em matéria de fuzil, está bipartido entre esse tipo de arma... esse sistema, melhor falando, que é o Eugene Stoner e o outro sistema, que é o Kalishnikov, que é o AK. O mundo está bipartido nesses 2 sistemas de fuzil. Estes são similares, também muito encontrados no Rio de Janeiro, principalmente aquele ali, o Bushmaster, que vem em segundo



lugar, também de produção americana, todos os 2, com as mesmas características, a diferença está apenas no fabricante, mas a mesma característica, cadência de tiros, alcance. Este é o fuzil HK, modelo 33. Tivemos agora um aparecimento significativo dessas armas, porque os senhores devem ter conhecimento de que aconteceram alguns ataques a quartéis da Aeronáutica, de onde subtraíram um número significativo dessas armas. Num único ataque levaram 21 dessas armas. Algumas estão sendo apreendidas em diversas favelas do nosso Estado. Essa é uma situação muito importante porque nos preocupamos, no Estado, em fechar todos os fluxos de armas de fogo pra mão dos criminosos. Por quê? Se você começa a apreender armas de fogo numa seqüência muito grande, começa a inibir o contrabando, coibir o contrabando, o que os criminosos vão fazer? Vão buscar outras fontes. Quais seriam essas fontes? Ataque a agentes de segurança pública, ataques a quartéis. Eles precisam suprir-se de armas. Então a nossa preocupação é muito grande em atacar todas as fontes, em obstaculizar todas as fontes. De todas as formas, inibir, coibir a transferência criminosa dessas armas que, em determinado momento, eram armas legais e foram parar na mão dos criminosos. Este é um fuzil FMP, de produção portuguesa, também é uma arma que foi encontrada, não muita, mas é encontrada no nosso Estados, tem o seu similar, que é o fuzil Santa Bárbara, de produção espanhola, é similar. Todos esses 2 são similares ao fuzil HK G3, que é uma arma muito potente, usando o mesmo calibre do fuzil FAL. Este é o fuzil FAL, mas os senhores podem observar o brasão do exército boliviano e, neste aqui, o brasão do exército argentino, com a sua numeração de série suprimida para que nós não possamos fazer o rastreamento dessas armas, que é um procedimento muito importante em se tratando de repressão ao tráfico de armas. Porque, através do rastreamento, nós temos condições de dizer, de provar a origem da arma, provar que aquela arma é oriunda de contrabando, emitir documentos de inteligência para o órgão de onde se originou esta arma que, por conseguinte, vai fazer uma fiscalização mais rígida nos seus arsenais. Então, o que os criminosos passaram a fazer? A partir desse trabalho, que começamos a noticiar, esse resultado desse trabalho começou a ser de conhecimento público, eles passaram a suprimir o número de série das armas. Hoje esse é um problema muito grande no nosso Estado. De 10 armas de uso restrito que apreendemos, 6, 7 estão com o número de série suprimido. Este é o fuzil Ruger, também de produção americana, muito



encontrado lá. Esses fuzis americanos chegaram muito no nosso Estado em meados da década de 90 — 1994, 1995 e 1996 —, hoje apreendemos muitos deles. Os criminosos reclamam em interrogatórios informais. Porque, formalmente, Deputado, ele não fala nada, só fala em juízo. E, também, em juízo, não fala nada. Nós temos esse cuidado de conversar com o criminoso informalmente e, ali, sempre sai alguma coisa que nos orienta no nosso trabalho. Na década de 90 — principalmente em 1994, 1995 e 1996 —, eles conseguiram comprar de tudo via contrabando. Com o trabalho da Polícia, não só da Polícia do Rio de Janeiro, mas também da Polícia Federal, da Receita Federal, da Polícia Rodoviária Federal, hoje eles têm uma dificuldade maior na aquisição de armas via contrabando. A dificuldade é bem maior do que desse período. Hoje nós temos um problema muito grande em se tratando de contrabando com relação à munição. O senhor vê que, as últimas prisões, a maioria, o contrabandista, o traficante está trazendo munição, principalmente do Paraguai. Esse é o fuzil Norinco, um similar da AK-47. Nós, praticamente, não apreendemos fuzis de origem russa e, sim, os seus similares de produção egípcia, chinesa, jordaniana. Esse fuzil é produzido em mais de 30 países, em mais de 30 fábricas em vários países. Russo, especificamente, quase nenhum. Esta é uma arma que nós já apreendemos em um número de 4. É uma arma muito letal, é um fuzil produzido... é uma arma de apoio de infantaria, que teve a sua produção iniciada na Primeira Guerra Mundial, usada nas duas grandes guerras e usada por exércitos regulares até os anos 60, 70. Já apreendemos 4 no Rio de Janeiro e não conseguimos rastrear por ausência de numeração de série. Então, não conseguimos saber a origem dessas armas. Como esta aí, também, o fuzil Browning, os senhores podem observar ali o número de série, também, suprimido. E esta metralhadora Mag, produzida na Bélgica, que já fizemos apreensão de duas no Estado. Bom, então os senhores tiveram uma idéia do que é apreendido no nosso Estado em matéria de arma de fogo. E agora nós vamos apresentar o quadro de apreensão de munições. Os senhores podem observar que, num período de 4 anos, nós apreendemos quase 500 mil munições de todos os calibres. Hoje, é o nosso maior problema em se tratando de contrabando: munições. Porque nós temos que ter em mente que arma de fogo não é um produto consumível, como cocaína. Enquanto não apreendermos essa arma, retirarmos a utilidade dessa arma apreendendo-a, ela vai estar funcionando, vai estar ceifando vidas. A munição é



consumível, e muito. Então, às vezes, a população tem uma impressão de que entra um número de armas maior do que realmente... o contrabando está bem maior do que realmente ele é. Mas não é... é porque as armas estão funcionando, estão ceifando vidas, estão cometendo crimes, auxiliando no cometimento de crimes. Este quadro foi colocado aqui para os senhores terem uma idéia de como a situação era antes desse trabalho específico, voltado para a repressão ao tráfico de armas no Estado. Isso foi uma apreensão de munições feita em 1999, na Favela Beira-Mar. O Fernandinho Beira-Mar — isso a gente fala pautado em investigações, trabalhos, apreensões, prisões feitas em áreas sob a influência dele — era o maior contrabandista do Comando Vermelho à época. Os senhores podem observar que existem munições ali de procedência de vários países: coreana, brasileira, americana, chinesa, de vários países. E já em 2004, essa apreensão de 16 mil cartuchos de munição em 2004, os senhores podem observar que a munição é toda nacional — 18 mil cartuchos —, toda nacional. Por quê? Vai dificultando o contrabando, o criminoso busca outras fontes. Aí é entra o desvio de munição e alguma coisa também no contrabando, mesmo sendo munição nacional. Esta é a munição *Sellier & Bellot*. Nós quisemos exemplificar essa munição porque é uma munição tcheca muito apreendida no Rio de Janeiro. Algumas prisões foram efetuadas com contrabandistas, trazendo essa munição do Paraguai, foi uma munição usada em ataque a delegacias, munição usada em fuzil AK. E agora nós vamos falar sobre as granadas. É muito preocupante a apreensão de artefatos explosivos, porque isso é um armamento barato e com poder letal muito grande, o que dificulta, sobremaneira, e causa ferimentos gravíssimos a quem é atingido por esse tipo de armamento. Temos, também, um número significativo de apreensão desse tipo de armamento no nosso Estado, agora menor, em se tratando de artefatos explosivos industriais. Nós já notamos, agora, que a apreensão de artefatos explosivos de fabricação caseira aumentou bastante, porque eles têm dificuldade, agora, de conseguir artefato explosivo de produção industrial. Esses são os modelos de artefatos explosivos. Esse é um caso bastante peculiar e grave. Todos os senhores devem ter tomado conhecimento. Nós tivemos uma apreensão de 9 minas terrestres no nosso Estado, num paiol — realmente um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual a origem desses?



O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Belga. A produção é belga, de uma fábrica que não funciona mais, que teve seus ativos e passivos comprados por uma outra fábrica francesa. Esse tipo de armamento, o Brasil comprou em determinada época — Angola comprou; outros países compraram —, o que nos dificultou, sobremaneira, saber a origem dessas minas. Consultamos o Exército, as Forças Armadas. Eles informaram que não havia nenhuma ocorrência de desvio ou subtração desse armamento, o que nos indicou que ele, provavelmente, veio de contrabando. Aí estão as informações que eu dei. Existe um tratado, o Tratado de Ottawa, que é para a erradicação do uso de minas terrestres em todo o Globo, em todo o Planeta. E o Brasil subscreveu esse tratado. Nós temos, ainda, algumas minas que são utilizadas para treinamento de técnicos para missões de “desminagem” em outros países. Uma das linhas de investigação era que, por ocasião da destruição, alguma mina possa ter sido desviada, mas não foi comprovado. Este é o armamento de que o Dr. Arthur Cabral falou, também muito perigoso, M72A2, de produção americana. Nós tivemos a apreensão de 7, 8, sendo 7 municionados e 1 desmunicionado. Nunca foi utilizado, mas nos causa uma atribulação muito grande encontrar, saber que os criminosos têm esse tipo de armamento, que é uma arma anticarro — como ele falou, atingindo uma viatura...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Só um aparte.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Anticarro de guerra, não é?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Anticarro de guerra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, se for carrinho comum é pior ainda.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Comum, vem uns 10 de uma vez.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Esse é outro modelo. Essa é uma situação bastante peculiar, porque nós apreendemos 17 desses tubos lançadores. Por que eu falo tubos lançadores? Porque ele não é reutilizável, disparou não usa mais. Nós encontramos 17 desmunicionados. Um caso nos trouxe informações preciosas com relação a esse tipo de tubo lançador. Nós não podemos chamar de armamento porque não tem mais utilidade. Um militar teve uma arma dessas apreendida em sua residência. Inquirido pela autoridade policial, disse que depois de um treinamento, ele resolveu levar para casa; foi apreendida na casa dele.



Só que, em determinada ocasião, nós apreendemos 6 em uma favela. Ou seja, de *souvenir* passou a ser uma arma psicológica — podemos falar assim —, porque armamento não é mais, não tem mais utilidade. Mas nenhum policial vai ficar na frente, não vai conferir para ver se está municiado. Apresentamos a foto de 2 paióis, para os senhores terem uma idéia de tudo isso que nós falamos. Desculpem estarmos tomando o tempo dos senhores, mas para os senhores terem uma visão global. Um paiol apreendido no Rio de Janeiro, na Favela Vila Vintém. Os senhores podem observar ali armas de procedência de vários países — nacional, americana, argentina, israelense, arma de tudo quanto é tipo, de todos os países, oriunda de contrabando, oriunda de desvio. Para os senhores terem uma idéia, a arma chega, vai tendo a utilidade dela, e chega outra arma e o traficante vai tirando a utilidade dela, e aí forma um arsenal, forma um paiol. Então, a gente não pode dizer, nós não temos como mensurar — a verdade é essa, Deputado — quando é que ele conseguiu aquela arma, quando é que ele conseguiu montar aquele arsenal, porque o que a gente consegue rastrear bate anos distintos. Bom, nós vamos agora falar das rotas. Esse trabalho de rastreamento que nós fazemos no Estado do Rio de Janeiro é o trabalho que nos permite provar, informar, com certeza, sobre as rotas utilizadas pelos criminosos no contrabando de armas, e uma coisa pautada nesse trabalho, que é um trabalho de investigação, a natureza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só uma pergunta...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A cópia desse trabalho vai ficar na CPI?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Está com o senhor já, ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, mas eu digo em disquete.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, mas o seu está em disquete, de forma resumida.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não, está virtual e está também.. Eu entreguei virtual também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Entreguei também. Tem um disquete dentro da pasta. Bom, nós podemos afirmar, com certeza, que a principal



rota é a rodoviária. Nós já fizemos rastreamentos de quase mil armas de fogo, entre armas de fogo e granadas. Das estrangeiras, 80% bateram Paraguai, Paraguai — Agrícola San Felipe, Perfecta Sami e outras lojas de armas de fogo paraguaias. O senhor tem conhecimento da maioria das apreensões. Creio que o senhor já deve ter sido informado... O senhor pode observar que, em se tratando de Rio de Janeiro, a maioria é apreendida na Serra das Araras, Rodovia Presidente Dutra, Washington Luís. Não estamos desprezando a rota marítima e a rota aeroviária. Mas nós podemos provar que a principal é a rodoviária. Até hoje não tivemos um trabalho, formalmente falando, comprovadamente falando, sobre a rota marítima e a rota aeroviária. A Polícia Federal, não posso falar, porque, se teve, nós não fomos informados. O que nós sabemos é que o traficante não tem uma ciência muito grande para trazer arma, ele não fica fazendo coisas mirabolantes. Ele prepara o veículo, vai — eu vou apresentar alguns casos aqui —, ele prepara um veículo, faz um compartimento num veículo, coloca ali a arma desmontada ou montada, dependendo da arma, a munição, e traz. Trazer de avião, os informes que nós temos é que pararia em São Paulo e depois viria em pequenos veículos. E é caro, é caro. O carro é mais barato, e melhor, porque pequenos veículos são mais difíceis de serem parados — mulher, então, criança. Foz do Iguaçu, São Paulo, Rio de Janeiro, essa é a rota rodoviária. Por favor. Aqui, o Deputado Josias Quintal, muito feliz numa apreensão que nós fizemos lá no Rio. Foi um paiol bastante importante, foi o primeiro paiol apreendido depois da criação da delegacia, que foi em 2001. Esse foi o nosso... foi apreensão feita pela Polícia Militar e a Polícia Civil. Nós assumimos as investigações no local e aí nós identificamos o principal fornecedor de armas de fogo para o Terceiro Comando. À época, não existia a ADA. Eu vou apresentar a investigação agora, na seqüência. Pois não, Deputado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - É, o Deputado Josias Quintal, à época Secretário de Segurança, saindo do paiol, que nós chamamos de buraco, no jargão policial, que era no subsolo. De fato é ele, de fato é ele.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Ele está ali no chão, ali no buraco.



O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não, ele não está de farda, ele está de terno, ali no chão. Os senhores podem ver arma de tudo quanto é tipo aqui, munição de tudo quanto é tipo, carregadores. Nós fizemos rastreamento nessas armas e verificamos que uma dessas armas havia sido comprada há apenas 51 dias em Miami, apenas 51 dias. Cinquenta e um dias após a compra, já estava sendo apreendida. Nessa época... Era uma época em que as quadrilhas estavam bastante fortalecidas, ainda tinha os seus fornecedores, alguns grandes fornecedores. Eu vou apresentar ele. É o Valdenício. Ele está preso agora. No momento, eu vou apresentar o caso. Nós conseguimos identificá-lo. Foi em 2001.

(Intervenção inaudível.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Valdenício. O nome virá no Relatório. Já tenho aqui, mas vai vir no Relatório que virá na semana que vem, que é dos casos que os senhores requisitaram. Por favor. Esse foi o armamento apreendido. Os senhores podem ver armas aí de todo o mundo: fuzil Majin Company(?) — egípcio. O importador, entretanto, é norte-americano. Um fuzil egípcio, com importador norte-americano, que veio parar no Rio de Janeiro. Por quê isso? Porque a gente verificou, também, que algumas armas fizeram uma triangulação, foram produzidas na Europa, por exemplo, compradas nos Estados Unidos e pararam no Paraguai. Ou produzidas nos Estados Unidos, compradas por importador europeu, paraguaio ou Rio de Janeiro direto. Pode passar. Pode passar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Delegado, então a maior porta, mesmo vindo da Europa, dos Estados Unidos, a maior porta é o Paraguai?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Paraguai. Essa é a pessoa que eu falei. Nós o identificamos como fornecedor, traficante de armas do Terceiro Comando, o principal. Nós identificamos ele, representamos pela interceptação telefônica do número dele, foi deferida pela 5ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, fizemos a interceptação em Foz do Iguaçu, na sede da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, a Delegacia de Foz do Iguaçu. Tivemos problemas de ordem técnica na época. Tinha uma LP para 12 números interceptados; ficamos 4 dias; tivemos problemas de ordem logística; a Polícia Federal participou do trabalho; passamos todas as informações. A Polícia Federal continuou e prendeu ele meses após, no Rio de Janeiro, com 6 mil munições, 23 mil dólares, 8 mil reais, na porta de uma favela, fazendo uma entrega, e prendeu o PM que trabalhava para ele, o outro



laranja dele. Foi um trabalho perfeito de integração das Polícias. Esse era o principal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E ele continua preso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Continua preso. Virá no Relatório, está no Plácido de Sá Carvalho, no Rio de Janeiro. Ele, em depoimento prestado na Polícia Federal, disse que num período de 10 meses internou no Brasil, especificamente no nosso Estado, para as quadrilhas do Terceiro Comando, mais de 100 fuzis AK, FAL, G3, e mais de 100 pistolas, num período de 10 meses. Eu acho que colocou mais. Por favor. Esse é um outro caso. Estão falando agora de um tenente-coronel, foi preso. Infelizmente, alguns integrantes de órgãos de Segurança Pública, não só de Segurança Pública, Forças Armadas e outros funcionários públicos também facilitam o tráfico de arma. Quando não perpetram tráfico de arma, facilitam. Essa apreensão foi no ano de 2001 também, em que um coronel da Polícia Militar, acompanhado de seu filho, um capitão da Polícia Militar, os 2 reformados, foram apreendidos com 6 mil tiros, 6 mil munições, munições de procedência argentina que entrara no Brasil via Paraguai e foram receptadas por eles em São Paulo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Estão presos lá em São Paulo ou estão aqui?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não, eles estão em liberdade. O coronel, não ficou nada provado contra ele, porque ele estava acompanhando o filho. Dentro da investigação, nós já tivemos comprovação de que ele tinha conhecimento de que a munição estava dentro do carro. O filho dele compartimentou um carro, uma Parati, e trouxe essa munição toda de lá. Disse que era para tiro, que ele era um atirador. Realmente era um atirador com medalhas, um atirador de mérito. Mas nós conseguimos provar na investigação que era tráfico, inclusive burlando o Tratado Brasil/Paraguai de identificação de quem compra uma arma no Paraguai. Nós encontramos com ele, numa busca e apreensão deferida pela Justiça Federal, à representação nossa, da nossa delegacia, encontramos na residência dele mais armas de fogo, mais munições e cédulas de identidade, cédulas de identidade. Buscamos as pessoas, diligenciamos, encontramos as pessoas, as pessoas haviam perdido essas identidades há anos, a 2 anos atrás, e



nunca tinham comprado arma de fogo. Inquirimos, fizemos rastreamento das armas, algumas das armas bateram no nome dessas pessoas compradas no Paraguai.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E esses são, esses foram pegos aonde, só para saber, no Rio, aonde?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aonde?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Na Rodovia Presidente Dutra, na Serra das Araras.

(Intervenção inaudível.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Mas foi inocentado o coronel Hugo; o filho, não. Eu não sei em que pé está o processo, porque ele conseguiu liberdade provisória por excesso de prazo, coisa do tipo.

(Intervenção inaudível.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Hugo Rodolfo Doring Ribeiro, capitão PM reformado. Virá no Relatório, semana que vem, para V.Exa. Este é um outro caso que explica como as coisas se dão no mercado interno, aquele tipo de fluxo de aquisição de arma de fogo que eu falei para os senhores. Um cabo da Marinha que, segundo as suas informações, fazia tráfico de munição do Paraguai para essa quadrilha da Favela do Dique, no Rio de Janeiro, que também atuava na Favela, no Complexo Pavão/Pavãozinho, na Zona Sul do Rio de Janeiro, cooptou um soldado fuzileiro naval, seu vizinho, novo, militar novo, para subtrair armas de fogo num quartel da Marinha. Associaram-se a narcotraficantes, invadiram o quartel de madrugada e subtraíram 6 fuzis, pistolas, munição do Corpo da Guarda. Conseguimos elucidar esse caso. Chegamos até os mentores, os que planejaram toda a operação. Algumas armas foram recuperadas. Uma situação muito importante a ser colocada aqui é que há uma migração dessas armas dentro das quadrilhas de uma mesma facção no nosso Estado. Dessas armas, algumas foram encontradas com determinada quadrilha, outras com outra quadrilha, todas da mesma facção. Em uma ocasião foram subtraídos 16 fuzis de um quartel do Corpo de Bombeiros. Essas armas foram encontradas em várias favelas do Estado. Essa é uma característica...

(Intervenção inaudível.)



O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Fuzil FO, aquele fuzil de ferrolho, antigo, aquele utilizado só pelo Corpo da Guarda, mas atira, funciona. Não é fuzil novo.

(Intervenção inaudível.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Deputado, é um problema muito grande a situação de subtração de armas de organizações militares, policiais. Eu mesmo falo, com toda humildade, que, da minha delegacia, foram subtraídos 2 fuzis. A minha delegacia é uma delegacia especializada, responsável pela repressão. Eu também senti na carne o problema. Então, é um problema muito sério. Temos os nossos detratores, temos os nossos bandidos. Eu acho que nenhuma instituição está isenta.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Só um aparte.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A minha dúvida consiste na seguinte pergunta: esse tipo de fuzil se encontrava nesse quartel do Corpo de Bombeiros? Queria saber se nos outros quartéis existe o risco de ter um furto ou um roubo semelhante a esse, se existe algum controle. Eu não conheço que tipo de fuzil é esse, mas um quartel do Corpo de Bombeiros é vulnerável. Então, se existe em outros quartéis a possibilidade de se repetir esse tipo de furto ou roubo.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Em qualquer lugar onde tem arma depositada existe a possibilidade. Eu entendi a sua pergunta. O quartel de Corpo de Bombeiros é uma organização militar. Tem o Corpo da Guarda, tem bens a serem guardados, daí a necessidade de arma de fogo. Eles têm também um controle estrito sobre as armas que possui. Esse foi um caso específico, como esse aqui também foi um caso específico. O grande problema é que, nesses casos, existe sempre um de dentro que conhece funcionamento da coisa, ele sabe as falhas da vigilância. Por mais que nós nos empenhemos em fazer uma vigilância rigorosa, sempre vai haver uma falha, vai haver um espaço ou outro em que o criminoso vai entrar. É uma luta eterna. É uma luta eterna não só das organizações policiais militares e outras que possuem armas em nosso País como em todo o mundo. Eu respondi o senhor?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor respondeu. É que, infelizmente, a minha pergunta — o senhor é um delegado da Polícia Civil — a vai um pouco além.



O que eu não entendo — e depois eu vou discutir isso com a CPI — é a necessidade de fuzil em quartéis do Corpo de Bombeiros. Mas isso não é questão inerente à área do senhor. Nós vamos ter que, depois, ver quem que é...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Eu posso falar alguma coisinha para o senhor sobre isso. O Corpo de Bombeiros é uma organização militar — Corpo de Bombeiros Militar. Eles têm as suas solenidades, eles têm os bens a serem guardados, como eu falei. Essa arma, especificamente esse fuzil FO, é uma arma que o criminoso não tem muita sede nela — desculpem-me — porque é uma arma de ferrolho. Cada tiro temos que acionar o mecanismo novamente, levantar o ferrolho, puxar atrás, levar à frente para dar o tiro. Existe uma coisa muito interessante quando se trata de... Existe uma circunstância, uma situação muito interessante quando se trata de tráfico de armas: é o princípio da oportunidade. O camarada, às vezes, nem quer aquela arma, o traficante, o narcotraficante, mas está ali na mão, ele compra. Foi o caso da mina. Estava ali, comprou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você disse, Carlos, que uma preocupação era a migração das armas das quadrilhas, ou seja, na verdade, dentro de cada uma das favelas, dentro da mesma facção, ou dentro do Comando Vermelho, ou dentro da ADA, ou dentro do Terceiro Comando. Mas isso, em outras palavras, está dizendo assim: é a cabeça do comando que compra e redistribui. É isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não. Não é isso. Uma quadrilha tem uma invasão a um quartel. Vamos dar um caso hipotético, mas já aconteceu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quadrilha de uma facção.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - De uma facção.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos dar um nome. Quadrilha lá no Caju, que está no comando.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Do Caju, que é da ADA, Amigo dos Amigos. Ele consegue, através de uma fonte qualquer, uma possibilidade, ele consegue planejar uma invasão ao quartel ou consegue comprar, consegue um fornecedor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ou roubar.



O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Um fornecedor, digamos assim. Ou ele vai roubar, vai fazer uma invasão a um quartel, invasão a uma delegacia, ou consegue um fornecedor bom.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Melhor é o fornecedor, mais comum. Não é isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato. Melhor o fornecedor. O que ele faz? Ele compra ou ele se associa a outros criminosos de outras quadrilhas, porém, da mesma facção.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Em vez de ser do Caju, ele vai se associar com alguém, por exemplo, de parte da Maré, mas desde que seja da ADA?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato, que é da mesma facção. Vão fazer um consórcio. Tem que ser da mesma facção, porque eles são beligerantes, são da mesma facção.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então você não imagina que, a exemplo do acontece no PCC, o comando principal que está em Bangu I possa coordenar a compra e distribuir pelas áreas? Não?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Pode, sim, porque os chefes estão presos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu sei, mas a pergunta é... Se isso acontece em São Paulo muito claramente, muito corriqueiramente. Então, a idéia é: isso também é regra no Rio ou não? Ou seja, o mais simples de acontecer é cada um, mesmo do mesmo comando, aquela quadrilha determinada, por exemplo, o pessoal do Caju vai lá e compra seu armamento e, se sobrou, se vai sobrar, manda para outra? Ou é diferente? Bangu I vai, encomenda e compra para todo mundo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - A senhora está querendo saber se a negociação é feita com os chefes também?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Se ela é centralizada.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Centralizada com os chefes. Às vezes sim, mas ocorre, também, que não, porque os chefes do tráfico no Rio, os principais, estão presos. Pode ser que eles tenham acesso...



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na sua delegacia, que é especializada, na inteligência que serve a sua delegacia, no trabalho que você tem feito, você não poderia dizer que isso é a regra?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não é a regra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não existe regra. Pode acontecer de qualquer jeito.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não é de qualquer jeito também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não. De qualquer jeito, eu quis dizer, ou através do comando geral, ou através daquela quadrilha, ou através do roubo, ou através do ...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O PCC não. É organizadíssimo. Então, a regra do PCC é que o comando compre ou mande comprar, autorize a compra e distribua. Eu só queria ver a diferença.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - A autorização vem do chefe, sempre vem do chefe. Ele pode estar preso como pode estar solto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas aí eu quero saber: chefe da facção ou chefe da quadrilha?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - O chefe da quadrilha, o chefe da quadrilha. Com relação ao Comando Vermelho, são vários chefes, são vários chefes. O Comando Vermelho, na verdade, é um consórcio. São vários chefes que atuam vendo as necessidades da facção. Por favor. Esse é um outro caso em que nós encontramos, nós identificamos, localizamos e prendemos os responsáveis por uma fábrica de recargas de munição, munições que eram vendidas para quadrilhas do Terceiro Comando. Inclusive, essa pessoa, o dono da fábrica, já havia sido preso em outra ocasião com mil e tantas munições e um artefato explosivo. Nós apreendemos aí 5 mil cartuchos, prendemos um dos criminosos. O outros foram presos posteriormente. Para os senhores terem uma idéia de que, onde tem a arma, onde tem munição, seja de produção artesanal, seja de produção industrial, o criminoso quer. Esse é o paiol que eu falei, das minas. Esse é um caso, também, bastante interessante, em se tratando de artefatos explosivos. Esse é um ex-militar com 10 anos nas Forças Especiais do Exército. Nós o prendemos com 39



cartuchos de dinamite. Ele produzia granadas artesanais, podemos falar assim. Na verdade, o termo técnico é artefato explosivo artesanal, usando, segundo ele, sobra de TNT, sobra de dinamite usada em pedreira. Ele compactava em tubos de ferro ou de cano simples, tubulação simples de água, pavio, uma espoleta, prego e ali tinha um artefato explosivo poderosíssimo e letal. Trinta e nove cartuchos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está preso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Nós recebemos a informação que ele recebeu agora liberdade provisória também, liberdade provisória. Foi preso em flagrante e confessou os crimes. Recebia 90 reais por cada artefato explosivo e abastecia os traficantes da favela de Acari no Rio de Janeiro, réu confesso. Esse, segundo informações primeiras, foi o responsável pela invasão de um quartel do Exército, onde foram subtraídas centenas de munições. Nós o prendemos depois de 1 ano e 2 meses de posse de um fuzil AK-47, um fuzil Colt AR-15, pistolas, provavelmente, pistolas patrimoniais de dotação das polícias, com o número de série suprimido. Eu coloquei esse caso para os senhores terem uma idéia de tudo isso que nós estamos falando, arma provavelmente patrimonial, arma contrabandeada, um camarada acusado de invasão a um quartel. Nós não tivemos conhecimento da investigação, não posso falar com certeza, mas é o que foi noticiado na época. E nós trabalhamos até prendê-lo, e o prendemos nessas circunstâncias, com armas que ele conseguiu, através do mercado interno, e armas que ele conseguiu através de contrabando. Bom, eu espero ter dado uma idéia do nosso trabalho, idéia de como nós fazemos o trabalho de forma técnica no Rio de Janeiro, das armas que os nossos criminosos utilizam em nosso Estado. Eu me coloco à disposição de V.Exa. e dos demais Deputados.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Carlos, eu queria insistir com o que disse o Deputado Moroni. Você deu esse manual aqui de rastreamento, o outro de estatísticas, mas essa tua apresentação não.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Foi uma apresentação. Mas eu trouxe para ...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas é um resumo para nós. É melhor.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Pode ficar aí, não tem problema nenhum.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, pode ficar, pode deixar.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Pode ficar, sem problema algum.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sr. Presidente, eu gostaria, antes de mais nada, agradecer — já fui tirando as dúvidas — ao Dr. Carlos. Quero parabenizá-lo pelo trabalho também, Dr. Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Este Presidente foi bem condescendente.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Isso. Eu quero agradecer, também, V.Exa. E queria, já de pronto, Presidente, solicitar de V.Exa. cópias desses relatórios para análise também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem problema. Vai ficar na Secretaria da Comissão. É só solicitar ao Secretário.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu queria perguntar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu também tenho algumas...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Excelência, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Além desse relatório, nós estamos enviando, semana que vem, um outro relatório dos casos, um histórico que foi apreendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Seria mais interessante. Agora, o que me preocupa é o seguinte. Eu acho que, pelas apreensões de vocês, nós vimos que a via rodoviária é a mais utilizada. Mas vocês viram, como nós vimos aqui na Comissão também, o Marquinho Niterói encomendando 400 fuzis AK-47 do Suriname. Como é que o senhor acha que isso ia chegar no Rio de Janeiro?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Eu acredito, também, que pela via, pela rota rodoviária. Eu acredito que pela rota rodoviária. Essa investigação não foi uma investigação desenvolvida por nossa delegacia. Eu não tomei conhecimento pleno dessa investigação. Mas era uma rota que era, segundo informes, era também utilizada pelo falecido traficante Uê. Mas a nossa unidade,



posteriormente, apreensões feitas posteriores à criação da nossa unidade, nenhuma delas nós identificamos como vindo, como provenientes dessa rota Suriname. Então, formalmente, via prova, eu não tenho, com relação a essa rota Suriname.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A única prova é o telefonema dele.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - É, exato. É uma prova formal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só um aparte. Essa investigação ficou a cargo de quem? Da Polícia Federal?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Deputada, sinceramente, eu não recordo se era a Polícia Federal ou a Polícia Civil, que foi uma coisa que tem um certo tempo, não é? Na verdade, a divulgação foi depois da investigação, a divulgação do que foi conversado, do que foi interceptado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, se não foi a Polícia Federal, tinha que ter sido vocês.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não. Na verdade, a atribuição constitucional para o contrabando é da Polícia Federal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, se não foi a Polícia Federal, tinha que ter sido a Especializada. Estou errada?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Mas existe o seguinte. Com relação ao contrabando de armas, nós temos a investigação no âmbito do Estado. Nós não atropelamos a atribuição constitucional da Polícia Federal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro. Se a Polícia Federal não tiver feito a investigação, minha dúvida é: dentro do Estado, outra delegacia está autorizada a fazer a inteligência desse tipo de ação ou não?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Faz uma investigação que pode ter ocorrido concomitante ou paralelamente ou colidiu com uma investigação do narcotráfico.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas aí não se comunica delegacia com delegacia não?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Informa, informa sim, informa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse tenente-coronel preso em Foz do Iguaçu, vocês tinham alguma informação sobre isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não tínhamos informações sobre ele com relação a tráfico de armas. Nós tínhamos uma informação agora até bastante recente, foi da semana passada, do envolvimento de um oficial. Não sabíamos se era do Bombeiro ou da Polícia Militar com a quadrilha do traficante Robinho Pinga, que é uma das quadrilhas, em se tratando de armas de fogo, uma das mais bem armadas do Rio de Janeiro. Nós vínhamos investigando, mas não sabíamos. Inclusive... Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Robinho Pinga é de onde?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Ele é da facção Terceiro Comando, das favelas da Coréia e Rebu, do Rio de Janeiro, onde foi apreendido aquele paiol com as minas. Ele tem mandado de prisão por nossa delegacia exatamente por aquele paiol que nós conseguimos provar uma base dele, comprovar que ele havia montado uma base em São Paulo e havia comprado granadas em São Paulo. Aquelas granadas haviam sido compradas pela Aeronáutica em São Paulo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quer dizer, em outras palavras, o Robinho Pinga, que é o comandante tanto do Rebu quanto da Coréia, vocês receberam um informe que o coronel...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Um oficial. Não sabíamos se era da...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que um oficial estaria comprando para ele.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Bombeiro ou PM. Não, comprando não. Tinha envolvimento com a quadrilha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Do Robinho? E o Robinho faz, também, trabalho em São Paulo, é isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Tinha uma base montada em São Paulo. Foi preso lá depois, e agora toda a polícia investiga o Robinho Pinga para alcançar e lhe prender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu entender. Ele foi preso quando, em São Paulo?



O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Ele foi preso há cerca de 2 anos em São Paulo. Em 2 ou 3 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por quê?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Ele foi preso por tráfico de entorpecentes em São Paulo. E depois a sua mulher foi presa também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, ele fugiu? O que aconteceu?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não, foi solto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi solto?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Foi solto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele foi preso há 2 anos e já foi solto?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exatamente, foi solto. Dois ou 3 anos, no máximo. Foi uma investigação de tráfico de entorpecentes, não foi uma investigação desenvolvida por nossa delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dois anos. Gostaria, depois, de mandar para a Justiça de São Paulo, saber...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - O André. Desculpe interromper, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - O André, que nós pegamos com os 39 cartuchos de dinamite, réu confesso, também foi solto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, ele... Eu entendo mais do que o tráfico de entorpecente, porque a pena do tráfico de entorpecente é bem maior.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E aquela nossa testemunha de ontem, que fez o que fez, está presa. Aí eu não entendo nada.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, vai ver que foi beneficiada pela 9.099: cesta básica. Pega com granada e é condenado com cesta básica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deve ser. Mas é duas coisas que nós temos que anotar. Eu quero que o secretário anote o nome desses 2 para depois eu perguntar para o Judiciário o que aconteceu e pedir cópia dos



processos, porque não é possível, preso por narcotráfico, chefe de facção criminosa, preso há 2 anos atrás e já posto em liberdade. É brincadeira um negócio desse.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - É, Deputado. Uma investigação, um processo, é um caso concreto, fica atrelado aos requisitos legais e prazos e coisas do tipo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É por isso, nós vamos saber onde os requisitos legais...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - No processo; o que foi; se houve uma falha, onde foi.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O que eu acho engraçado, Presidente, é que uma revisão criminal, em São Paulo, uma pessoa que tiver uma prova de inocência que for pedir a revisão criminal demora 5 anos para pedir a revisão criminal e esses casos saem em 2 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tráfico de drogas saiu em menos de 2 anos. Ele foi preso 2 anos atrás e já está solto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E a mulher também foi presa. Quer dizer, é sinal de que...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não, mas ele não ficou preso anos não. Ele foi preso meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele ficou preso...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas depois dele, você disse, a esposa também foi presa. Quer dizer, continua a ação na esposa e depois deixaram ele, no mínimo, a esposa presa e ele solto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas aí é que nós vamos ter que ver. Aí é que nós vamos ter que ver o que...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Ele tem mandado de prisão pela nossa delegacia por esse paiol, conseguimos provar que ele era o responsável. Espero aguardar a prisão dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tá bom.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Ele e outros 5 da quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas, de qualquer forma, eu agradeço muito a sua presença, mas eu vou passar o tempo aos Deputados. Deputada Laura Carneiro.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Antes, eu quero dar uma notícia aos Srs. Deputados. A Ordem do Dia foi cancelada por falta de entendimento. Portanto, podemos continuar com tranqüilidade. Primeiro, Carlos, eu quero lhe agradecer, enfim, todo o trabalho que você está desenvolvendo em nosso Estado e também ter vindo aqui para explicar um pouco esse trabalho que você tem desenvolvido alguns anos. Agora, eu sei que você vai mandar isso na semana que vem, mas a gente precisava, quer dizer, o nosso maior objetivo, além de, óbvio, saímos daqui com uma aula, duas preocupações maiores, a primeira partindo do que você colocou. Primeiro, você disse que mais de 70, se não me engano, 73% das armas são nacionais. O que significa dizer que são compradas no Brasil. E ainda tem mais, assim, a maioria delas é registrada. E aí eu queria entender como é que isso funciona. Quer dizer, eu vou, compro um arma lá na caça e pesca, aquelas lojinhas de caça e pesca, nossas conhecidas, registro e mato com aquela arma numa boa, seqüestro com aquela arma. E aí as pessoas são contra o desarmamento! Mas, enfim, queria que você pudesse explicar um pouco para a Comissão e, portanto, para nós, se, em nenhum momento, vocês das polícias recebem esse registro de compra de armas e se não existe um cadastro negro que fique nas lojas. Alguma coisa tem que fazer, pelo amor de Deus, enquanto a gente não vota o plebiscito e proíbe a venda de arma neste País. Enquanto is, tem que ter alguma coisa, um cadastro negro de nomes que pelo menos o vendedor seja obrigado a ler. Não sei, mas seria uma forma de minimizar na medida que você fala que 73% das armas, dessas apreendidas em atividades criminosas, são de empresa nacional.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Sim. O tráfico de armas é diferente do tráfico de entorpecente, Excelência. A arma de fogo possui uma certidão de nascimento. Ela foi produzida numa Ford industrial.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas aí a gente tem que prender o cara que está com o espermatozóide.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato. Ela foi produzida numa Ford industrial e teve uma transação primeira, que era legal. Em determinado momento, que é o momento que nós chamamos de momento fissão, que eu passei a chamar de momento de fissão, ela entra na ilegalidade.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, você está dizendo o seguinte: que esses 73% que você usou na estatística, não necessariamente, quer dizer, ao contrário, elas não eram armas legais, elas já tinham sido roubadas ou desviadas do primeiro dono, é isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Todas essas armas que eu falei aqui são armas que foram apreendidas em ocorrências policiais, todas, sem exceção. Todo esse trabalho é feito em cima de armas que foram apreendidas em ocorrências policiais. Eu estava... Nenhuma ali, a arma que estava na mão de uma pessoa idônea, e foi apreendida...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu sei. Elas foram...

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - A não ser... Pessoa idônea, mas em porte legal, posse legal. Aí, sim, é uma ocorrência policial.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não é isso que eu estou tentando fazer. Vamos supor, eu apreendi, eu sou lá o delegado, em uma determinada ação, eu apreendi um fuzil. Esse fuzil, como você bem disse, tem uma certidão de nascimento.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Hum, hum.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, no caso, fuzil não tem. Vamos lá, um revólver. Esse revólver tem uma certidão de nascimento. Aí, você, delegado, tem que ter a possibilidade de ir lá na certidão de nascimento daquele revólver e saber quem comprou.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Quem comprou.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E como é que foi parar na mão do meliante.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exatamente. Mas isso nós fazemos. E se a senhora recorda, em um único ano, nós tivemos 15 mil armas apreendidas. E o número de armas...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É claro que você não pode dizer por telefone...

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - É isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tem que ser um sistema.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Isso é o que nós chamamos de rastreamento.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - A gente busca a origem da arma até a última aquisição lícita, que seria essa última pessoa que comprou de forma lícita.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, você está me dizendo... Claro, esse rastreamento, óbvio, que não deve ser uma coisa simples, se não foi informatizada, vai todo mundo pirar. Então, não é no Rio de Janeiro, por exemplo, não é informatizado?

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - É, o grande... É assim, nós já temos uma tecnologia melhor para se fazer o rastreamento, mas o obstáculo também é muito grande. Qual o principal?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É isso que a gente quer saber.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - É, qual o principal? Ausência de número de série. Entra outras questões de ordem logística. São muitas armas para pouca gente rastrear. Então, a gente não tem informação sobre todas as armas que são apreendidas. Não temos. Então, o que nós fazemos? Nós procuramos trabalhar em cima daquelas armas que são utilizadas pelo crime organizado. São as armas de uso restrito.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro. Isso que eu estou falando...

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - E mesmo porque, também, se nós formos trabalhar em cima das armas que são utilizadas pelas, como eu falei, aquelas pessoas que praticam delito de delinqüência, violência, o interesse policial não é muito grande, porque vai bater numa pessoa que comprou de uma loja e que teve a arma roubada, furtada. Você chama a pessoa: *“Não tive a arma roubada, o registro de ocorrência, tal..., é isso, isso, e isso”*. E passa ali. E dali, ela vai fazendo, vai passando de mão em mão, de mão em mão, até chegar àquele criminoso, se não for o criminoso que subtraiu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, você poderia resumir dizendo o seguinte, que a maioria das armas compradas neste País — olha só a importante pergunta que estou fazendo —...

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - No Estado?



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É, no nosso Estado, claro. Compradas no nosso Estado, em lojas, vamos dizer, permitidas, acabam na mão de marginais, matando as pessoas.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não, não posso falar isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não pode dizer isso.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não posso falar isso porque...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas você pode dizer que 73% dessas armas acabam nas mãos de marginais? Se elas eram registradas...

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - O que eu posso falar é que 73% das armas apreendidas no Estado são armas nacionais. É isso que eu posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Desses 73%, já foi feito um estudo para saber quantas tiveram como última procedência um comércio legal, para registro?

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quantos?

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Nós já fizemos, como eu falei para o senhor, nós já fizemos quase mil rastreamentos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E qual foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Desses mil, quantos chegaram num comércio legal, e quantos foram... A fábrica tem que explicar alguma coisa.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato, exato. Os rastreamentos feitos sempre batem no comércio legal, ou foi uma loja em tal lugar, no Estado, em Niterói, em Campo Grande.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E você vai concordar com o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E essa loja vendeu a quem em geral?

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Vendeu a uma pessoa idônea que, depois, teve a arma subtraída de alguma forma.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas das mil, as mil são assim?

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não, as mil não. É...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Das 1.700.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Mil que eu falei, no total, que são armas estrangeiras, armas nacionais. Existem armas, também, que foram exportadas; nacionais que foram exportadas e voltaram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque isso é importante saber.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Eu entendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho que isso... A Deputada está em cima porque é importante. Ali foi dito que 73% das armas apreendidas são nacionais. Certo?

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o que a gente queria saber, se foi feito pelo menos uma amostragem das armas nacionais, todas tiveram uma origem brasileira em alguma casa de venda, ou têm origens estrangeiras de armas nacionais, ou não tem?

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Algumas nacionais foram exportadas e retornaram via contrabando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tu não tens o percentual disso?

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Agora, excetuado esse caso... Não, não, percentual não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, isso é aquela confusão lá do Paraguai, não é?

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato. E outro...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sai e volta pelos pequeninhos lá, os coiotinhos.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato. E as nacionais que foram vendidas em território nacional...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - São roubadas.



O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Foram roubadas ou furtadas, inclusive as lojas que venderam estão ali, neste documento enviado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que interessa, eu acho que interessa, e vem aí um plebiscito pela frente, que... Quer dizer, o que interessa saber é se a maioria dessas armas que foram parar nas mãos de bandidos saíram de alguma loja.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - As que foram vendidas em território nacional, sim, saíram de alguma loja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Saíram de alguma loja.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Em território do Rio de Janeiro?

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Cada vez mais eu estou feliz pelo relatório do desarmamento. Deputado, V.Exa. tem um aparte.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Excelência, só um favor, com todo respeito. Só que nós temos que observar isso no universo de armas que foram vendidas. Significativamente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, mas no Rio vendeu porcariazinha.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - É, vendeu pouco de 2001 para cá, quando o Rio de Janeiro..., porque os requisitos da Lei nº 10.826...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foram mudados.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - É quase uma cópia de uma lei que foi promulgada no Rio de Janeiro em 2001, que estabeleceu requisitos rígidos para aquisição de arma de fogo no aspecto técnico, psicológico, de idoneidade da pessoa que ia comprar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro, Carlos, mas de qualquer maneira você está me dizendo mais ou menos o seguinte. Na medida em isso acontece, no Rio, de 2001 em diante, por conta da lei... A nossa lei é posterior, é lei nacional, o estatuto é depois. Mas, de qualquer maneira, a um ano atrás, esse processo também se formaliza no resto do País. Concorda? Se formalizou antes no Rio... E, ao mesmo tempo, daqui a um ano, eu vou ter, também, no País, senão o mesmo, mais ou menos um percentual de 70% de armas que são compradas



ilegalmente, e, depois, ou são roubadas, ou de outra maneira vão parar na mão do bandido. Um aparte, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Um aparte ao que a Deputado Laura falou, consiste no seguinte. A Deputada, mais ou menos, ela disse assim, que se você estivesse informatizado, por exemplo, nos últimos 5 anos, as armas que foram vendidas no Rio de Janeiro, você põe lá no computador...

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Aí, nos últimos 5 anos, as ocorrências de furto ou roubo dessas armas... Imediatamente, quando o senhor fizer uma apreensão, o senhor teclando no computador já vai cruzar informação se aquela foi furtada, ou roubada, ou não...

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - ou se ainda está de posse, ou se não foi notificado o furto, ou roubo daquela arma. Isso iria colaborar, sobremaneira, com o seu trabalho. Fica como sugestão. E vou além. O senhor mesmo falou para nós que, na casa daquele oficial, existiam várias...

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Munições, identidades.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - ... identidades em branco. Se o senhor fizer esse trabalho...

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, não, em branco não.

O SR. CARLOS ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não era em branco, identidade original.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Provavelmente, o narcotráfico, esses traficantes, eles devem ter muita facilidade de conseguir esses RG originais. Se o senhor fizer esse trabalho... o senhor mesmo havia comentado que existem muitas autoridades envolvidas no tráfico de armas... E por que não, também, donos de lojas que vendem armas, envolvidos no comércio ilegal dessas armas? Donos de lojas. Se o senhor começar a fazer esse trabalho, provavelmente o senhor vai encontrar muitos oficiais da Polícia, delegados que são donos dessas lojas, e que necessariamente podem ou não trabalhar de acordo com a lei. Se o senhor tiver esse cadastro, que a Laura sugeriu, e que eu acho fantástico, o senhor poderia, também, saber qual é o índice de armas localizadas e qual foi a loja que vendeu o



maior número, ou que está vendendo o maior número de armas que são encontradas na mão de criminosos. Ou seja, o senhor iria trabalhar sempre com as estatísticas. Porque eu acredito, que o senhor mesmo falou para nós que o maior número de armas são nacionais e são vendidas nas lojas, pode ser, pode ser que exista também o esquema criminoso, para que de forma, aparentemente lícita, essa arma seja adquirida com RG talvez daqueles roubados, e o próprio dono da loja sendo conivente. E, aí, talvez até há dificuldade para se investigar..., porque é o que o senhor falou, existem criminosos em todos os segmentos, na política, na área militar, na Polícia Civil, na Polícia Federal — inclusive frisei na política também. Mas é possível, sim, que haja autoridades, até donas de lojas, no Rio, em São Paulo, em outros lugares, que mantenham, digamos assim, um esquema de conivência com a venda dessas armas. Não estou dizendo que isso existe, mas estou dizendo que isso precisa ser investigado. E, talvez, se fosse feito esse sistema de monitoramento, que não é muito complexo, no computador, rapidamente o senhor poderia saber de qual loja do Rio de Janeiro sai a maior parte das armas que são apreendidas pelo senhor.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Deputado, sobre a primeira parte da sua pergunta, sobre esse sistema de controle estrito de armas, que são vendidas, apreendidas, fazer essa comparação, nós estamos operacionalizando no Rio de Janeiro um sistema de controle de armas apreendidas, em todo o Estado. É um órgão a que chamamos de SICAMERJ. Nós já criamos o esquema de funcionamento dele, funcionará com esse objetivo, com essa intenção. A intenção é exatamente essa, ter o controle estrito do que é vendido, do que é apreendido, depurar as informações, para, depois, mandar para o Sistema Nacional de Armas de Fogo — SINARM, ou para o SIGMA, limpar essas informações, controlar, limpar e mandar a informação fidedigna para os grandes cadastros nacionais, que, atualmente, são o SINARM e o SIGMA. Nós já estamos operacionalizando isso lá. Está em via, agora, de implementação. Agora, a outra parte do questionamento do senhor...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Desculpe-me estar apartando. Nessa primeira parte... Se você, ao mesmo tempo, não fizer... Você vai fazer o cadastro no SINARM, por obrigação, a União vai ter que fazer o SINARM.



Mas, se o Estado não tiver, o Estado do Rio e outros, não tiver o cadastro das suas apreensões no mesmo sistema do SINARM, não adiantará nada.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Essa preocupação de V.Exa., de ordem técnica, foi levada em conta, é claro, porque o que iremos fazer é a transferência *on-line* até.

(Intervenção inaudível.)

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Com certeza. Com relação ao outro...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - *(Inaudível)* o teu banco de dados...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - A mesma linguagem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - A mesma linguagem, e não é só a mesma linguagem, não. Mas ela tem que estar informada das tuas apreensões. Senão, de qualquer maneira, não vai adiantar nada para o seu rastreamento.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - É de tudo, das apreensões, do que é vendido, de tudo, tudo. Nesse sistema que estamos criando, terá todas as informações pertinentes à arma de fogo, lícitas e ilícitas. Com relação à outra parte do questionamento de V.Exa. No Rio de Janeiro, o trabalho em cima de armas de fogo é bipartido, são 2 órgãos: um é o órgão de repreensão operacional, que é a minha unidade, a Delegacia de Repreensão a Armas e Explosivos; e o outro é o órgão administrativo, que é a Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos, que é um órgão bem mais antigo, com um *know-how* muito grande, cujo diretor virá aqui, já foi convidado a comparecer, creio eu que virá na próxima semana, Dr. Luiz Carlos. E sempre se teve o controle, no Estado do Rio de Janeiro, sempre se teve o controle de quem iria comprar uma arma, com relação à idoneidade dessa pessoa e com relação à necessidade e, posteriormente, à sua aptidão técnica e capacidade psicológica. Antes até dessa lei de 2001, cujos requisitos eu falei que foram transplantados para a Lei 10.826, já era necessário, no Rio de Janeiro, apresentar certidões negativas para comprar uma arma de fogo. A pessoa ia na loja, apresentava todos os documentos, ia na DFAE, para, depois, a autoridade competente, que era o diretor da DFAE, autorizar a compra. Então, esse problema, aquelas fraudes de o camarada juntar vários documentos e levar até lá, nós nunca



tivemos notícia de isso acontecer no nosso Estado, porque isso sempre foi bastante regrado, e, com o tempo, a evolução foi só regradar com mais rigidez. Finalizando, não temos notícia do nosso Estado, não temos registro do nosso Estado — pelo menos não é do meu conhecimento, porque essa parte é administrativa e é feita pelo diretor da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos —, de nenhuma autoridade de órgãos de segurança sendo proprietária de loja de armas de fogo, de armamento. Respondi a V.Exa.?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Delegado, Dr. Carlos...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Ontem, em um depoimento que tivemos aqui, a testemunha disse claramente que ele comandou o PCC, era o comandante geral, que hoje seria o Marcola, e nós perguntamos a ele onde era mais fácil adquirir armas e ele foi claro. Disse: *“Nós, de São Paulo, claro que a gente consegue, mas a grande facilidade de conseguir, tanto arma quanto droga, é no Rio de Janeiro. Para nós, é muito mais fácil ir lá no Rio pegar do que conseguir diretamente em São Paulo”*. Eu, particularmente, fiquei arrasada. Mas, fazer o quê? A gente tem é que trabalhar para que isso não aconteça mais, para que se possa reverter esse quadro. Mas, de qualquer maneira, a que você poderia... Por que é mais fácil no Rio? Quem estava falando era um preso de São Paulo que controlou a maior organização de lá...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Quem é, por favor?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - O Geleirão, o José Márcio. Ele veio aqui depor.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Excelência, eu só posso falar do que eu posso provar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Ele até tem colaborado com a Justiça.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Eu sei. Eu só posso falar do que eu posso provar. Eu sou profissional da área técnica, eu tenho um compromisso muito grande com a prova porque eu sou delegado de polícia. Mas, a título de informe, o que nos chegou e nos chega este tempo todo, através de chefes de quadrilha, que não depõem nesse sentido porque não falam nada na hora de depor, mas informal...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Ele já está com 26 anos de preso.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato. Mas é exatamente o contrário. As bases estão estabelecidas em São Paulo. A título de informe que estou falando com V.Exa. Não posso provar isso. Estão estabelecidas em São Paulo, porque os traficantes dizem que a rota do Rio é a rota da morte. De São Paulo, quem quiser, se vira e traz para cá. A título de informe, faço questão de frisar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu só entender porque eu dei uma saída.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - É perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É que as bases do tráfico de armas estariam em São Paulo, é isso?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não, eu falei no geral, tráfico de entorpecente e arma. Mas, a título de informe, eu não posso provar isso, Excelência, porque a Deputada Laura Carneiro falou numa situação trazida à CPI por um informante, e eu falei também a título de informe. Fiz questão de frisar a minha posição de profissional, que só posso falar o que eu posso provar. Mas, a título de informe, é exatamente o contrário do que ela falou, informes que recebemos no Rio esse tempo todo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, porque ontem, na audiência da gente, o Geleirão disse que era muito mais fácil comprar arma e droga no Rio do que em São Paulo. Você lembra que eu perguntei? E eu estou perguntando se é real. Ele está dizendo que é o contrário, que é mais fácil comprar em São Paulo do que no Rio. Não estou brigando. Acho que para os dois é uma desgraça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho que nos 2 é. Eu também sou dessa opinião.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Eu também acho que os 2 são problemáticos. Mas nós conseguimos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é isso, é para brigar, Rio e São Paulo, porque eu não... É só para entender porque eu quero saber até onde eu posso ir no outro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Uma pergunta que eu ainda não fiz e quero fazer, senão esqueço: Quais são os principais líderes do tráfico de armas do Rio de Janeiro hoje?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Deputado, hoje, no Rio, nós não podemos apontar um grande traficante de armas de fogo, não podemos apontar. O último era esse Valdenício. Esse podemos apontar. Esse, realmente, era o cara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós sabemos que, sempre que um sai, outro entra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, ele era o cara do Terceiro Comando. Quem é o cara do Comando Vermelho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Você sabe o que me deixa preocupado muitas vezes, com toda a boa vontade de V.Sa.? Eu me lembro que, quando a CPI do Narcotráfico começou a investigar o Fernandinho Beira-Mar, todo mundo dizia: "Esse é um traficantezinho do morro".

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ninguém dava nada por ele.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Mas nós, no Rio, dávamos muito por ele.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, me desculpe, não davam, porque na época eu investiguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estive em contato com a Secretaria de Segurança do Rio e fiquei decepcionado. O que disseram foi: "*Olha, esse Fernandinho Beira-Mar é um traficantezinho aqui da Beira-Mar, da Favela da Beira-Mar e tal, de Caxias tal*". Aquele negócio. Falaram bem assim. E olha que eu estive com o Governador, eu estive com o Secretário de Segurança, com todos lá. Aí nós até ficamos nos olhando e dissemos: Mas será que eles estão pensando isso mesmo?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aí a gente recebeu, junto com o Ministério Público do Rio, aquele primeiro documento. E foi aí que andou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí começamos a investigar o Fernandinho. E, com o tempo, descobrimos o império que o Fernandinho tinha feito em tudo. Depois que se botou o império, aí todo mundo assumiu, aí todo mundo começou. O que eu achei ótimo. Não acho ruim. Por isso que o meu medo é



que, de repente, nós estamos perguntando e daqui dois anos nós vamos dizer: Se lembra do fulano? Esse fulano era um baita traficante de arma, de munição e tudo mais e nós pensávamos que não existia nenhum. Por isso que eu fico preocupado quando eu começo a ver isso. A CPI se aprofundando — e ela vai se aprofundar até o ano que vem —, ela vai descobrir que existe, eu não consigo conceber um mercado dessa natureza sem ter mandante, como no mercado de drogas também tem. Hoje está muito mais dividido entre Comando Vermelho e Terceiro Comando. Eu acho que os dois ainda maiores são o Comando Vermelho e o Terceiro Comando, assim como o fornecimento de armas não é uma coisa tão aleatória, principalmente armas e munições. Eu concordo com V.Sa. quando fala da munição. A munição é usada diariamente por eles. Conseqüentemente, eles têm de ter a reposição daquela munição. E essa reposição deve ter algum esquema. Por exemplo, como é que um tenente-coronel entra num esquema desse? Como é que um coronel e um capitão entraram num esquema desse? Quer dizer, não é um negócio aleatório, ninguém é doido. Tem de ter alguma coisa por trás disso. E a prova está que tinha alguma coisa por trás que um não ficou nem preso e o outro ficou algum tempo preso e já saiu. Quer dizer, tem algumas coisas aí que nós temos que começar a investigar e ver a mão de quem está por trás disso aí, que eu acho que é importante.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Excelência, eu, com todo respeito, afirmei que nós não podemos apontar neste momento no Rio de Janeiro um grande traficante, mas eu não disse que ele não existe. Uma situação muito interessante que ocorre, eu me lembro de que quando comecei - eu tenho 19 anos de polícia - comecei como soldado da Polícia Militar. Depois fiquei 13 anos como detetive. Tenho orgulho de falar que eu fiz centenas de prisões. Sempre estive na ponta. Na minha delegacia, dois terços dos policiais já foram baleados. Quando nós começamos aqui a nos atentar para determinadas coisas nas ruas, na ponta, isso demora um pouco para chegar em cima. Se o senhor perguntasse a um policial da ponta sobre o Fernandinho Beira-Mar, com certeza, ele falaria: O Fernandinho Beira-Mar é isso, isso, isso e isso. Então, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou muitas vezes quem está em cima não quer se incomodar com isso.



O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não. Pelo menos lá no Rio é assim: as autoridades que comandam a política de segurança pública no Rio, não estou querendo ser adulator, mas eles são...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Carlos, não vamos entrar nisso, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não estou nas autoridades, até porque tem de Secretário lá um colega meu de turma.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato. Outra coisa, eu fico preocupado em falar esse tipo de situação porque, às vezes, pode parecer que eu indo na maré contrária, eu estou remando ao contrário. Não é isso. Por quê? Primeiro lugar, nós temos, eu faço questão até de nós termos contato, no nossos momentos de contato, a toda hora, com os criminosos. Nós organizamos operações. Porque nós não nos preocupamos apenas com as armas não chegarem nas mãos dos bandidos, nós nos preocupamos também em tirar as armas que estão nas mãos dos bandidos. Nós atuamos nas duas pontas. E nós não estamos vendo nada de novo. Nós apreendemos armas, mas não estamos vendo fuzis novos. Uma ou outra pistola a gente encontra nova. Em algumas quadrilhas a gente sabe que o *link* está aberto. Eles estão tendo dificuldades? Estão tendo, mas está chegando ainda, mas que a profusão que chegava, empiricamente e comprovadamente através das apreensões, nós não estamos vendo muito coisa nova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que a gente tem ouvido até aqui na Comissão, nesses últimos tempos, é exatamente o contrário.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Minha preocupação é essa também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Que depois da Lei do Desarmamento as coisas estão, que está ficando cada vez mais difícil trazer armas. O que a gente tem ouvido é isso.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - A minha preocupação é essa. Mas existe um detalhe, Deputada, a ponta...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só que não tem jeito, eles têm que, se vocês estão tirando as armas deles, eles têm que retomar as armas, senão não tem ação.



O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Exato. Mas a ponta disso aí... Existe um detalhe muito importante também, a ponta disso não é no nosso Estado. Lá estão os consumidores, quem quer a arma. Ali está quem quer a arma. Então, não podemos fazer afirmações no sentido de que existe uma organização assim, assim, assim porque não temos a outra ponta. O nosso limite é o território do Estado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - E estamos aguardando até com muita ansiedade o resultado da CPI porque a CPI está buscando essas informações em todo o território nacional.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na verdade, quem deveria fazer isso era o Poder Executivo através do Ministério da Justiça. Mas vamos, como no Governo Fernando Henrique, ajudar, como tentamos ajudar na área do narcotráfico. Não existe nenhum tipo de convênio entre sua delegacia e a mesma delegacia, por exemplo, no Rio Grande do Sul, de onde vem a arma? Que tipo de contato você tem com outras delegacias que fazem a mesma repressão que você faz?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - A Polícia Federal criou há cerca de 2 anos as delegacias especializadas no combate ao tráfico de armas, as DELEARMAS. O Deputado Moroni Torgan participou de um encontro em Goiânia visando a operacionalizar o trabalho dessas delegacias. Estamos conversando bastante, mas é um trabalho que já fazíamos antes. A gente conversa até com instituições policiais de fora do País. Mas isso precisa ser melhor sistematizado. Mas é um trabalho novo. Esse trabalho qualificado para repressão do tráfico de armas é novo, é uma situação nova. Nós ainda estamos criando os instrumentos e operacionalizando esses instrumentos. Os senhores têm conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem uma idéia desde quando existe a delegacia?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - A nossa começou a operar em agosto de 2001. O Deputado Josias Quintal criou, o Governador Garotinho à época, junto com o Secretário, criou. Fui o primeiro delegado. O objeto da delegacia fomos nós que criamos também. Fiquei até 2002. Saí há 10 meses. Aí voltei e já estou há 2 anos e meio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero que entenda só uma coisa: Quando fiz a observação lá, não é em tom de crítica, é em tom de que é preciso uma ação integrada nacional para que essa visão se modifique no Brasil porque muitas vezes vemos parte do crime organizado atuando aqui e é uma quadrilhazinha. Se botarmos ele no contexto das ramificações no Brasil, vamos ter uma idéia diferente disso. Então, é isso que temos que fazer, alguma coisa, não só a CPI buscar isso, mas termos um instrumento a nível nacional que possa buscar essa visão. Que a pessoa, quando estiver investigando, tenha a visão do todo e não só da parte. Acho que, muitas vezes, muitas autoridades têm se omitido de fazer uma polícia mais equipada. Não sei as razões, mas dá para fazer diversas conjecturas, porque ter uma polícia equipada com pessoal e tudo mais daria oportunidade de termos uma atuação muito mais capilar do que temos hoje. Veja que, em termos de armas, e eu gostei do termo que V.Sa. usou quando disse que a arma tem certidão de nascimento. É verdade. Eu acho que até a numeração raspada, se formos ver novas tecnologias de perícia forense, dá para chegar até naquela raspada, porque aquilo é uma prensa. Então, é o que o pessoal chama de sombra. Fica a sombra dela lá dentro e de repente dá para fazer. Eu sei que o custo hoje para fazer um negócio desse em todas as armas é mais complicado. De repente, a gente tinha que buscar alguma coisa. Mas é fundamental, se nós temos o DNA da arma, sabermos pelo menos o roteiro legal dela para fazermos uma ação para obstar esse roteiro legal. Veja esta sua informação de que a maior parte das armas que são conseguidas no Brasil tiveram um roteiro legal e foram parar numa loja e, posteriormente, por “n” razões — roubo na loja, roubo de quem comprou ou coisa parecida —, elas foram desviadas. Pelo que eu entendi, na maior parte, aconteceu isso. Quer dizer, nós temos como fazer alguma coisa naquela ponta legal em que ela foi desviada para isso não acontecer?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Neste percentual de 73% de armas nacionais, do total proibido, entram também armas de produção nacional, que foram exportadas e depois contrabandeadas. Eu fico muito satisfeito ouvindo V.Exa. falar essas palavras porque é exatamente o anseio dos operativos da área, porque, em se tratando de tráfico de armas, nós não temos como pensar localizá-lo, porque o problema não começa apenas no Estado, não tem como fim apenas o Estado. O Rio de Janeiro não tem fábricas de armas de fogo. Demonstrei ali que há armas que



vêm de todos os países. Para o senhor ter uma idéia, o senhor deu uma idéia de sistema a funcionar para a repressão. Se não for assim, não tem outro jeito, Deputado. Com a pouca e humilde experiência que temos na área, nosso trabalho é um trabalho de vanguarda. Foi o primeiro a ser produzido no Brasil. Eu falo isso com orgulho. Já temos claro que, se não houver um sistema funcionando com polícias estaduais, Parlamentares também, Receita Federal, Polícia Federal e outros órgãos, não vai funcionar. Para o senhor ter uma idéia, existe um Fórum Parlamentar Permanente situado no México voltado apenas para o tráfico de armas, onde se assentam Parlamentares do México, de países do Caribe, da América Central, da Espanha. O Canadá, se não me engano, tem um fórum permanente. Nós participamos agora de um seminário.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é o nome da instituição, para a gente ver o *e-mail* dela?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Fórum Parlamentar Permanente. Eu posso enviar para a senhora no seu *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me dar um tempo ao Deputado Luiz Couto, que está aguardando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Minha paciência de esperar quase vai se esgotando. Mas gostaria, primeiro, de dizer ao Dr. Carlos, ele disse que teve que sujar as mãos de graxa para chegar a essa apreensão de armas. Pergunto: A incidência de policiais que sujam as mãos não para fazer o combate, mas para ajudar, qual é a incidência de policiais que estão envolvidos com essa relação?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - É significativa. O senhor pode perceber que, nessas apreensões, principalmente em se tratando de tráfico, quase sempre tem um policial. Esse policial é utilizado para transportar esse armamento se utilizando da possível camaradagem existente entre seus pares, ou seja, dar a carteirada no seu revistado. Mas isso cada vez menos está existindo. Portanto, a gente pode apontar com as prisões que estão acontecendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É significativo?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não dá para mensurar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nem um percentual?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - É significativo. Falo isso pautado até em cima dos trabalhos, em cima das prisões que têm sido feitas.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E há outras que não conseguem também.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Ainda não foram feitas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Outro aspecto que gostaria de saber.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não só policiais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. As empresas de segurança privada, muitas delas são clandestinas e usam armas também de contrabando, porque não estão autorizadas a usar armas. Os senhores também têm investigado essa questão de empresas clandestinas que usam armas de contrabando?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Excelência, a fiscalização de empresas de segurança é feita pela Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu falo das clandestinas, daquelas de fundo de quintal que se organizam. Nesse caso, como o senhor disse que nas lojas não tem nenhum policial, às vezes, essas clandestinas têm policial reformado no meio.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Mas o caso aí não é de contrabando. Aí é o caso de posse e porte ilegal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas elas são conseguidas de contrabando. E muitas vezes elas não ficam na sede, que tem uma marca lá, mas ficam em postos de gasolina.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Mas essas empresas de segurança ilegais costumam utilizar armas de fogo de uso restrito. São revólveres calibre 38, geralmente muito poucas pistolas 380, porque são na maioria 12. E essas armas são nacionais. A maioria, noventa e poucos por cento são armas nacionais. Não é o caso do contrabando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas há casos em que eram fuzis mesmo.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Aí já é uma exceção porque essas empresas particulares prestam serviços de segurança patrimonial em estabelecimentos comerciais, ruas, logradouros públicos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Algumas delas de forma legal, aquelas que estão ...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Até as ilegais. Eu estou falando das ilegais.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há empresas clandestinas que estão a serviço do crime organizado, do narcotráfico, estão a serviço de extermínio, estão a serviço da ação organizada. Eles não trabalham para dar proteção. Às vezes, quando fazem aquele serviço de vigilância, chegam para o dono da loja e dizem: “Se não fizer um acordo comigo aqui, sua loja vai ser arrombada”. Se não fizer, a loja dele será arrombada, ou seja, é a própria empresa clandestina quem faz esse serviço. Os senhores não investigaram essa situação?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Por essas empresas serem clandestinas, não serem legalmente constituídas, a investigação neste caso é mais pontual do que especializada. Uma autoridade policial que tem conhecimento de uma empresa dessa, de alguém operando um trabalho de segurança usando arma ilegal, pode informar nossa delegacia como pode também ir lá e prender.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Dr. Rui disse ontem que, pelas informações repassadas por alguns membros do PCC que depois romperam, ou seja, há existência de espaços, onde armas estão guardadas que ele não conseguiu ainda identificar. Deu o exemplo de Ribeirão Preto, onde haveria um paiol de armas, e ele não conseguiu ainda identificar onde seria. Pergunto: Com relação a esta situação de paiol, por exemplo, pode ser que tenha muitos que a polícia não conseguiu identificar. Quantos, durante o período em que o senhor está à frente da delegacia, o senhor conseguiu desbaratar?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Eu não tenho o número exato para o senhor, mas foram vários. Eu apresentei alguns ali que foram por nossa delegacia e por outras delegacias também. Agora, eu faço questão de asseverar a V.Exa. que, não obstante sermos uma delegacia especializada, não tratamos com exclusividade da questão da repressão, mesmo porque seria impossível e contraproducente. Quando uma autoridade policial, numa investigação, recebe informações da existência de um paiol, ela não tem necessariamente de informar que vai à minha delegacia, que vai lá procurar esse paiol. No jargão policial, como nós falamos, é estourar esse paiol. Ela estoura o paiol, e, a partir dali, assumimos porque é investigação especializada. Nós temos que responsabilizar, procurar identificar o fornecedor. A partir dali, sim. Nós não tratamos com exclusividade da situação da busca da informação e do estouro do paiol, como a gente fala no jargão policial.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Digo isso porque ontem a Polícia Federal fez uma operação chamada Guabiru em Alagoas, onde ela identificou, por exemplo, agentes públicos desviando dinheiro da merenda escolar. Pegaram a documentação, pegaram computadores, mas também pegaram armas que estavam com os Prefeitos, os Secretários etc. Então, o fato é que muita gente que até está no nível da legalidade também pode guardar nos seus galpões, nas suas casas, em alguns locais. E uma pessoa reconhecida na cidade, que não cometeu nenhuma atividade criminosa, também tem esse tipo de atividade. A Polícia Federal na Paraíba prendeu uma quadrilha de assaltantes de banco, e num depoimento o chefe da quadrilha dizia o seguinte: Que a partilha daquilo que eles conseguiam com o roubo do banco era de acordo com o número de armas e a potência das armas que cada membro levava para a operação. Não apenas o número; também a potência. Daí um deles disse: Olha, da outra vez, eu não tinha nenhuma arma. Eu tive que comprar armas para que, no segundo assalto, eu pudesse ter uma partilha melhor. Ou seja, com relação aos assaltos de banco, as armas que são utilizadas, vocês conseguiram apreender em assalto de banco ou há mais dificuldades de fazer esse tipo de apreensão?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Assalto a banco é um crime que nós classificamos também como espécie de crime do crime organizado. Para o senhor ter uma idéia, eles se utilizam também, como falei no início, como cena do crime organizado, eles se utilizam deste armamento pesado: granadas, pistolas mais potentes, calibre 40, 49 milímetros, e fuzis. Por ocasião das prisões desses elementos, são apreendidas também essas armas, esse tipo específico de arma. São armas mais potentes, essas a que o senhor se reportou na Paraíba. O senhor vê a importância de um criminoso integrante do crime organizado ter esse tipo de arma, porque ela impõe mais respeito, porque ela é mais letal. Nós fizemos estudos nos anos de 2001, 2002 e 2003 — ainda não finalizamos o do ano de 2004 porque é uma busca mais profunda — em cima de fuzis que foram apreendidos no Estado. Para o senhor ter uma idéia, de 171 fuzis apreendidos em 2002, 170 foram apreendidos em ocorrências de tráfico de entorpecente ou numa área em que ficava clara a influência do tráfico de entorpecentes. Um deles foi apreendido por ocasião de um assalto a um carro-forte, o que também não coloca de lado o dedo do narcotráfico porque esses elementos podem ter pego essas armas com



narcotraficantes para efetuar esse roubo. No ano de 2003, de todos os fuzis que nós estudamos, foram apreendidos na influência do narcotráfico.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor colocou na questão dos explosivos que em 2001 foram 126.218; em 2003, 102.221; e em 2004, 153.200.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Munições?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Munições. Por que esta baixa em 2002, de 60.961? Atribui-se a quê?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Olha, eu não posso falar para o senhor com certeza o que houve aí porque nessa ocasião de 2002 eu estava fora. Mudou o Governo do Estado, mudou o comando da delegacia e não acompanhei a evolução da polícia, os fatores ou os vetores que fizeram com que houvesse uma baixa de apreensão nesse ano especificamente. Então, não posso dar essa afirmação com clareza a V.Exa. Provavelmente, é porque eu não estava lá que abaixou. É brincadeira. A polícia toda trabalha bastante para tirar as armas dos criminosos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nas rotas, o senhor coloca Ponta Porã, Pedro Juan Caballero, a tríplice fronteira. Pergunto: Guaíra aparece também na rota?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque no depoimento que foi dado foi dito que Guaíra é onde efetivamente se passa armas através de barcos, que depois vêm para o solo e que do solo elas são levadas até de aviões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Luiz Couto, vou interromper V.Exa. para passar a presidência para a Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, que o Município de Guaíra é de onde, naquele depoimento daquele Wilson, que veio aqui, do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - De onde é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Guaíra.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Wilson, do Rio de Janeiro?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. Ele está preso aqui. É aquele que veio, e disse que estava sendo guardado pelo pessoal do Terceiro Comando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Que Wilson? Veio ontem?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Faz um bom tempo que ele veio aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - A testemunha x?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. É aquele que foi preso na ligação com o aeroporto internacional, com o tráfico internacional de drogas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu não estava no dia. Já sei de quem V.Exa. está falando.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Guaíra é onde?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Guaíra fica no Paraná.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - E ontem a gente também chegou tanto no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Rio e São Paulo. São os quatro maiores Estados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O fato de Paranaguá, que é um porto de onde vem, segundo o Delegado Arthur, as armas saíam de lá e viriam para o Porto de Sepetiba e de lá saíam.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Viriam por Sepetiba, por Angra e por Mangaratiba.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Deputado, com todo o respeito, é impossível que conheçamos todas as rotas. Na época dessa investigação, a delegacia ainda não existia e eu não trabalhava no sistema. Inclusive não sei se foi o senhor ou se foi o outro Deputado que estava presente, perguntou sobre prisões efetuadas dentro dessa investigação, nessa rota, coisas desse tipo. Não tenho conhecimento. Quem poderia falar seria o Delegado Arthur Cabral. Mas, dentro do que nós trabalhamos, o que eu posso provar, o que eu posso falar, eu não tenho conhecimento dessa rota.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Com relação aos grupos que atuam nos presídios, o senhor falou da Amigo dos Amigos.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Amigo dos Amigos é uma das facções. Não é só nos presídios, é no Estado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a incidência dela com relação ao tráfico de drogas?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - A facção Amigo dos Amigos é uma dissidência da facção Terceiro Comando. Antes, no Rio de Janeiro, existia



apenas o Comando Vermelho e o Terceiro Comando. Esse que nós apontamos, o Valdenício, era um fornecedor, ou um dos fornecedores, nós identificamos ele até como o principal do Terceiro Comando. O Terceiro Comando sempre teve as melhores armas no Estado, as armas mais novas, sempre teve o melhor fluxo de contrabando dentre as facções criminosas do Estado. Conseqüentemente, a Amigo dos Amigos, saindo do Terceiro Comando, também era quadrilha oriunda dessa facção, como falei, também são quadrilhas bem armadas, que continuaram com os fornecedores do Terceiro Comando, apesar de ser hoje uma facção beligerante ao Terceiro Comando. Então, essas duas, a ADA e a Terceiro Comando, são as mais bem armadas do Estado. O Comando Vermelho, a gente já nota que eles estão tendo problemas para repor as armas que são apreendidas porque a maioria dos líderes do Comando Vermelho, todos os líderes antigos do Comando Vermelho, que eram mais centrados, mais equilibrados, tinham uma visão mais empresarial, mais comercial do tráfico, foram presos. Hoje, no Comando Vermelho, existe a terceira geração de chefes. São jovens de 19, 17, 20 anos, sem juízo, que não têm a visão que seus chefes, que estão presos, têm do tráfico.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou que, além da questão do tráfico, há o envolvimento com o tráfico de drogas e também a falsificação de documentos. No caso de uma apreensão lá onde o senhor encontrou várias entidades...

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Foi um caso. Eu não coloco aquilo como regra porque aquele era aquela pessoa trabalhando daquela forma. Em outras apreensões e em outras prisões, inclusive até pela Polícia Federal, que nós tivemos notícia, não foi noticiado, nós não fomos informados de que esses traficantes estavam agindo da mesma forma: utilizando esses documentos que foram...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós tivemos oportunidade de ver aqui gente envolvida onde você diz que é comum ter um nome em cada local, ter uma identidade, ou seja, às vezes, ele é Mário, é Pedro, é Francisco. Então, seria normal a falsificação de identidades para que, em cada local, ele tivesse uma outra. Conseguiu identificar só esse caso? O senhor só fez essa apreensão que tinha essa documentação?



O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Esse foi o único caso que nós tivemos em que a pessoa tinha documentos para na hora da aquisição apresentar esses documentos, não sei de que forma, lá no Paraguai, aquilo que falei, da outra ponta, onde nós não chegamos, e ele se utilizava desses documentos. Esse foi o único caso. Porque o Brasil tem esse acordo com o Paraguai da necessidade de identificação de quem compra armamento lá. E nós temos informe até no sentido de que eles alegam muito no Paraguai que nós temos vários Estados, cada um com uma identidade diferente. Então, eles não têm como saber se é verdadeira ou se é falsa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um outro aspecto que aparece é a infiltração que teria destas organizações criminosas PCC, Terceiro Comando, principalmente no Paraguai para a questão de armas e drogas. No Rio de Janeiro, os senhores conseguiram identificar alguma coisa de traficantes de drogas e de armas que estariam infiltrados lá no Paraguai e que teriam conexão com o que eles chamam de pilotos aqui no Brasil?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Sim. Um exemplo é o traficante Barbosinha, um narcotraficante. Ele, pelos policiais que fizeram a identificação, foi preso no Acre, e ficou comprovado que ele tinha um contato estrito com um traficante — isso pela notícia que me chegou na investigação, não fui eu que fiz — no Paraguai. E a título de informe que nós obtivemos de outros traficantes que foram presos, que a gente faz até informalmente, mais informalmente, porque, no papel, nada, alguns deles foram na fonte e lá trataram com os fornecedores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Marquinho Niterói chegou aqui e disse que nunca pegou numa arma.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Eu não investiguei o Marquinho Niterói, não foi investigação minha. Ele alegou que nunca pegou numa arma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele disse que está lá no Terceiro Comando porque, se estivesse em outro lugar, ele seria eliminado.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Ele alegou. Tanto ficou provado que ele é um criminoso que ele está preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Mas ele disse que tem medo de arma, que ele foge das armas.



O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Os últimos que prendi, até este Gugui, ele falou que tinha abandonado o crime já há dois anos e tinha virado evangélico. Nós pegamos ele com uma pistola na mão. Ele botou a sua esposa grávida na frente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quem é Linho?

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Linho era um dos clientes desse aqui, do Val. Era um dos chefes do Terceiro Comando. Hoje é a ADA. A quadrilha dele hoje é a ADA. Aliás, ele era um dos chefes do Terceiro Comando, Depois foi para a dissidência do ADA, junto com o falecido traficante Uê, e, segundo investigações que ainda não acabaram, que eu também não conduzo, provavelmente foi morto fora do território do Estado do Rio de Janeiro. Hoje, seu sucessor é o traficante Sassa, Samuco ou Coroa — é conhecido por esses 3 vulgos —, que tem mandado de prisão pela nossa delegacia na investigação daquele paiol de 2001. Linho foi um dos maiores traficantes do Estado. Também tem mandado de prisão na nossa delegacia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Dr. Carlos, V.Sa. tem o tempo que quiser para fazer suas considerações finais antes de terminarmos a sessão.

O SR. CARLOS ANTÔNIO LUIZ DE OLIVEIRA - Eu tenho que agradecer a minha convocação aqui. Digo também que aprendi muito vindo aqui com as informações passadas por V.Exa., por todos os outros Deputados. Algumas até eu desconhecia porque são informações que os senhores angariaram de pessoas que são de fora do nosso Estado. Faço questão de dizer que aguardo com muita ansiedade o resultado da CPI, a direção que a CPI vai dar porque eu sei que vai ser uma direção bastante positiva. Os esclarecimentos, as comprovações, serão bastante positivas para meu trabalho, para o trabalho que nós desenvolvemos no nosso Estado. E espero mais ainda que uma das decisões da CPI seja a necessidade da criação de um sistema integrado por todos os operadores de segurança e fora da área de segurança no tocante à repressão ao tráfico de armas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não tenha dúvida, delegado. Já são quase 20 depoimentos diferenciados que levam à Comissão a



essa necessidade. Já na CPI do Narcotráfico, dizíamos a importância da identificação da identidade nacional da melhor maneira. É óbvio que, se não houver um controle geral e uma interligação entre os Estados, a gente não vai conduzir a bom termo a questão do tráfico de armas. De qualquer jeito, em nome dos Deputados da Comissão, em nome do Deputado Moroni, em nome do nosso Relator, agradecemos a sua presença. E quero dizer que o senhor não está liberado. O senhor, durante a CPI, vai ter que trabalhar muito conosco no nosso Estado, tentando de alguma maneira efetivar ações concretas, o que é o objetivo maior desta CPI. Antes de terminar, queria esclarecer a V.Exas. que amanhã, às 18h, no Palácio do Itamaraty, teremos audiência com o Ministro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, para tratar das questões afetas àquela Pasta. Será com o Deputado Moroni, os demais Deputados e o Ministro. Amanhã, às 10h, teremos sessão para a oitiva do delegado que está cuidando do caso do Walter, que é aquele coronel preso lá na fronteira com o Paraguai. É o delegado Fernando Francischini. Teremos ainda amanhã o Sr. Nelson Siton Júnior, o Sr. Alessandro Siton, o Sr. Gilson Pitta Lopes, Chefe da 2ª Seção Militar do Estado-Maior Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ainda teremos a deliberação sobre requerimentos. Informo a V.Exa. que amanhã V.Exa. não vai contar comigo. Então, V.Exa. não poderá faltar para estar aqui e morrer de saudades de mim. *(Risos.)* Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a sessão, agradecendo novamente ao delegado Carlos a presença. Está encerrada a sessão.